



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Antropologia e Arqueologia

Graduação em Bacharelado em Antropologia  
Habilitação em Antropologia Social

Thiago Camargo Barreto

**“NA MINHA CASA, NÃO”:**  
**(MICRO)POLÍTICA, GÊNERO E FAMÍLIA ENTRE PESSOAS LGBT EM**  
**BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte  
Dezembro de 2018

Thiago Camargo Barreto

**“NA MINHA CASA, NÃO”:  
(MICRO)POLÍTICA, GÊNERO E FAMÍLIA ENTRE PESSOAS LGBT EM  
BELO HORIZONTE**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia, com habilitação em Antropologia Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Leandro de Oliveira

Belo Horizonte  
Dezembro de 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**“NA MINHA CASA, NÃO”:  
(MICRO)POLÍTICA, GÊNERO E FAMÍLIA ENTRE PESSOAS LGBT EM  
BELO HORIZONTE**

Thiago Camargo Barreto  
Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia, com habilitação em Antropologia Social.

Aprovada em 07 de dezembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Leandro de Oliveira (Orientador)  
Departamento de Antropologia e Arqueologia / Fafich / UFMG

---

Profa. Dra. Érica Renata de Souza  
Departamento de Antropologia e Arqueologia / Fafich / UFMG

---

Profa. Dra. Sabrina Deise Finamori  
Departamento de Antropologia e Arqueologia / Fafich / UFMG

À MAMÃE,  
Maria Aparecida,

quem me apresentou o incrível mundo das  
humanidades quando me presenteou  
com um velho exemplar de  
*Genealogia da Moral* de  
Nietzsche.

Tudo isso começou naquele dia.

## AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Leandro de Oliveira, que possui um dom: ensinar/provocar – possibilitar a seus estudantes as mais genuínas reflexões. Foram essas que me ajudaram a todo instante em suas aulas e nos momentos de interlocução. Obrigado pelas conversas, orientações e amizade.

À Érica Renata de Souza, amiga quem prontamente me ajudou nas formulações iniciais desta pesquisa. Obrigado por suas aulas e pelas conversas em sala, horários agendados e de corredores – sempre producentes.

À Sabrina Deise Finamori, cujas aulas são exemplos da maestria de uma pesquisadora que é também docente engajada.

Às professoras Karenina Vieira Andrade, Ana Beatriz Vianna Mendes e Mariana Petry Cabral; e aos professores Andrei Isnardis Horta, Carlos Magno Guimarães e Emmanuel Almada: suas aulas se tornaram inspirações.

A Rogério Diniz Junqueira pelas conversas que – mesmo à distância – contribuíram para abordagem e análise dos projetos mencionados nesse trabalho, em especial, àqueles que tocam ao “Escola sem Partido”.

À professora Tânia Aretuza Ambrizi Gebara pelos primeiros ensinamentos e desafios na fase inicial de minha formação.

À Angela Murakami, quem sempre nos atendeu prontamente no colegiado do curso. Obrigado pela atenção, disponibilidade e paciência.

À uma doce amiga de momentos bons e de desabafo, Graciela Sperduti Rezende, quem me deu grande apoio no início de minha jornada dentro da ciência antropológica.

À Jucinéia Oliveira, ou simplesmente Ju, que em outras épocas soube exigir de mim aquilo mesmo que ela sabia que eu era capaz. Devo a ela muitos dos ensinamentos que me fizeram crescer fora e dentro dessa área do conhecimento.

Aos amigos que indiscutivelmente contribuíram. À querida Michelle Oliveira pelos diálogos e pelas preocupações; a Aníbal Godoy, pelas discussões que agregaram significativamente; a Esdras Cordeiro pela convivência e pela ajuda em momentos longe de casa; à Karen Nascimento, Geraldo Pereira Júnior e à Isadora Senra que se juntaram ao grupo mais tarde e tornaram os momentos de descontração mais alegres; à Kelly Morato, Lucas Emerick, Emílio Garcia, Natália Abreu, Gabriel Barbosa e a tantos outros que trilharam comigo alguns momentos dessa jornada.

À todas as agências, instituições e programas vinculados ou não à Universidade Federal de Minas Gerais que contribuíram para minha formação e realização dessa pesquisa: Pró-Reitoria de Extensão (Proex) pelas bolsas de extensão; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pela bolsa de iniciação científica;

Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump) e Programa Minas Mundi pela bolsa de intercâmbio; Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) pela bolsa de monitoria.

À Universidade do Porto por ter me acolhido como estudante. Agradeço ainda a meu orientador nesse período, Francisco José de Jesus Topa, pelo acolhimento estudantil em um país distante, pelas reflexões possibilitadas e amizade que daí nasceu. E às professoras Natália Maria Azevedo Casqueira, Cristina Clara Ribeiro Parente e Maria Isabel Correia Dias, cujas aulas e diálogos possibilitaram novas perguntas.

À uma pessoa especial, Maria Aparecida de Camargo Barreto. Sem seu apoio integral e suas múltiplas ajudas, impossíveis de descrever aqui – faltariam folhas e palavras – eu não poderia ter o privilégio de estudar e de chegar até aqui – e de ir para a próxima fase desse percurso. Obrigado por todos os incentivos, por estar sempre a meu lado e, principalmente, por me amar como sou.

Finalmente, meu mais sincero agradecimento à organização e às pessoas a ela vinculadas que me permitiram realizar esse estudo: Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais, Anyky Lima, Thiago Costa e Munish Prem. À todas as travestis, lésbicas, transexuais, *queers*, viados, bichas, gays, transviados, assexuados, bissexuais, pansexuais, fluídos, não-binários, pocs e demais minorias sexuais com quem me encontrei nesse percurso. Em especial agradeço à Leona, Cristina, Dionny e a todos os interlocutores, diretos e indiretos, desta pesquisa pela disposição, interesse e por compartilhar comigo/conosco algumas passagens de suas histórias de vida e de luta.

## RESUMO

Nas recentes controvérsias sobre “ideologia de gênero”, a ‘família’ se tornou uma categoria sob disputa em níveis macropolítico e micropolítico. Enfrentamentos no primeiro nível perpassam instâncias legislativas, sob propostas como o projeto “Escola sem Partido” e o “Estatuto da Família”. Já no cotidiano de pessoas LGBT, negociações e conflitos de outra ordem marcam sua interação junto a suas famílias de origem, frequentemente associados a discursos sobre a emoção. Dialogando com debates do campo da Antropologia das Emoções, sugiro que os discursos emocionais sobre a família atualizam, em um nível micropolítico, processos políticos que se encontram em curso em um plano macroestrutural. Adotando a estratégia metodológica de “seguir o conflito”, busquei chamar a atenção para como o ‘gênero’ se encontra hoje no cerne desses processos, diretamente relacionado com ‘fantasias de poder’ e ‘expectativas de gênero’ nos conflitos em que a família comparece.

**Palavras-chave:** Família; direitos LGBT; micropolítica das emoções.

## ABSTRACT

In the recent controversies over "gender ideology", the 'family' has become a contested category at the macropolitical and micropolitical levels. Confrontations at the first level permeate the legislative bodies, in the form of proposals such as the "School without Party" project and the "Family Statute". In the daily life of LGBT people, conflicts and negotiations of another order mark their interaction with their original families, often associated with emotional discourses. Dialoging with the debates in the field of the Anthropology of Emotions, I suggest that the discourses of emotions on the family update, at a micropolitical level, the political processes that are under way in a macrostructural plane. Adopting the methodological strategy of "following the conflict", I sought to draw attention to how the 'gender' is now at the heart of these processes, directly related to the 'fantasies of power' and 'gender expectations' in the conflicts in which the family appears.

**Key words:** Family; LGBT rights; micropolitics of emotions.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Página inicial do programa “Escola sem Partido” ..... 42  
Fonte: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 11 out. 2017.
- Figura 2 – Página inicial do movimento “Escola sem Partido” ..... 42  
Fonte: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 11 out. 2017.
- Figura 3 – Deveres do professor segundo o programa “Escola sem Partido” ..... 44  
Fonte: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 12 out. 2017.

## LISTA DE SIGLAS

Cellos – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais.

IST – Infecções sexualmente transmissíveis.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e demais minorias sexuais.

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais.

ONG – Organização não governamental.

PNE – Plano Nacional de Educação Básica.

STF – Supremo Tribunal Federal.

## CONVENÇÕES

São adotadas neste trabalho as seguintes convenções:

- Itálico: para nomes de obras autorais, palavras estrangeiras e termos oriundos dos contextos dos interlocutores;
- Aspas simples: para termos acadêmicos e categorias de análise;
- Aspas duplas: para citações literais;
- Parênteses: para siglas e referências;
- Colchetes: para intervenções do autor dentro de citações;
- Travessão: para orações intercaladas.

“(...) Não há pontos de vista sobre as coisas; as coisas e os seres é que são os pontos de vista.”

**Eduardo Viveiros de Castro**  
(2015: 117)<sup>1</sup>

“O desejo de determinar o sexo conclusivamente, e de determiná-lo como um sexo em vez de outro, parece assim advir da organização social da reprodução sexual, através da construção de identidades claras e inequívocas dos corpos sexuados em relação uns aos outros.”

**Judith Butler**  
(2003, b: 161)

“(...) A travesti além de construir seu próprio corpo ela constrói sua família, pois ela conhece outras pessoas, os amigos, que são mais família que a própria família. E eu fui construindo a minha por aí, na favela, em outros lugares [...]. Hoje minha irmã fala para mim, ‘sua família é a gente’, mas quem sabe disso sou eu! Porque na hora em que eu precisei [pausa na fala]. Tem certas coisas que eu não gosto nem de lembrar. É muito triste você estar nas ruas e você chegar na casa das pessoas para comer! Sabe?! Para dormir! [Leona chora nesse momento]. Eu prefiro não falar sobre isso.

**Leona**  
(travesti que foi expulsa de casa aos 12 anos e uma das interlocutoras dessa pesquisa)

---

<sup>1</sup> Destaques do autor.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
<b>CAPÍTULO 1 – EXPLORAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: um sobrevoo .....</b>	<b>21</b>
1.1. O ANTROPÓLOGO/EU E SUA/MINHA ETNOGRAFIA: notas iniciais sobre (ess)a pesquisa antropológica .....	23
1.2. LOCALIZANDO O DEBATE ANTROPOLÓGICO: <i>a antropologia redescobre a sexualidade, a família e a política</i> .....	28
<b>CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS E CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS: disputas em torno da família .....</b>	<b>34</b>
2.1. “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: uma controvérsia global e local .....	35
2.2. A PALAVRA PROIBIDA: gênero e a Emenda n. 3 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte .....	45
2.3. A SOCIEDADE EM PÂNICO: conflitos, emoções e cismogêneses .....	49
<b>CAPÍTULO 3 – MICROPOLÍTICAS EM FAMÍLIA: emoções, cismogêneses e outras disputas .....</b>	<b>53</b>
3.1. “NA MINHA CASA, NÃO”: Leona, Cristina, Dionny e suas histórias de vida .....	55
3.1.1. “Marcada por toda vida”: família, afastamento e conflito na trajetória de uma travesti .....	56
3.1.2. “Para ele ainda é um pouco complicado. (...) [Mas] estou satisfeita”: revelação, tempo e transformação na trajetória de uma lésbica .....	62
3.1.3. “Ele disse para eu não chegar perto”: angústia, ameaça e expectativas na trajetória de um gay .....	67
3.2. “SÓ NÃO VÁ ME APARECER DE SAIA!”: micropolítica das emoções, fantasias de poder e expectativas de gênero .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>

REFERÊNCIAS ..... 80

ANEXOS ..... 88

## INTRODUÇÃO

“O cenário está desfavorável (...). A luta nunca termina.”

Leona<sup>2</sup>

Em julho de 2017 o Colégio Santo Agostinho, rede educacional privada com unidades na região metropolitana de Belo Horizonte, recebeu diversas acusações de “ideologia de gênero” por parte das mães e dos pais de estudantes da instituição. Eles afirmaram que os professores abordam em sala conteúdos sobre gênero e sexualidade que estão no âmbito ideológico, indo contra a educação familiar. Iniciou-se, assim, uma controvérsia em torno dos temas presentes no ensino dessa rede como mais um capítulo da onda de conflitos que emergiram no Brasil nos últimos anos no que se refere à questão da promoção de “ideologias” no sistema educacional.<sup>3</sup>

No caso dessa instituição, 128 mães e/ou pais questionaram a escola sobre a pertinência de se abordar temáticas que envolvem gênero e sexualidade com turmas do 6º ao 9º ano. Segundo relatos, em uma das aulas, houve exploração de um caso na Suécia onde jovens meninas e meninos teriam sido criadas sem diferenciação de gênero. Acusando o colégio de doutrinação, sob falas de que o conteúdo não seria adequado à faixa etária e que seria melhor trabalhar tais questões apenas no Ensino Médio, os reclamantes realizaram abaixo assinado de forma a evitar que a unidade continuasse com essas abordagens.

A mantenedora do colégio, educadores da região e professores de universidades se posicionaram em defesa da abordagem, reafirmando que tais conteúdos estão de acordo não apenas com a filosofia e pauta da instituição mas também em consonância

---

<sup>2</sup> Leona, uma travesti atuante no movimento LGBT de Belo Horizonte, foi uma de minhas interlocutoras. Sua história de vida é abordada no capítulo 3 dessa monografia. Esta fala ocorreu assim que cheguei a sua residência para entrevistá-la, quando decorria sobre o projeto de pesquisa no qual eu era bolsista. Na análise e na escrita dessa monografia são omitidos os nomes das participantes e demais informações que possam identificá-las diretamente, de modo a proteger sua privacidade.

<sup>3</sup> Maiores informações sobre o início dessa controvérsia podem ser encontradas em Mansur (2018).

para com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Estudantes da escola escreveram uma nota pública repudiando a situação e negando que tenham sido doutrinados por supostas “ideologias de gênero”. Eles reafirmaram que o conteúdo abordado explorava noções do corpo e informações sobre reprodução e infecções sexualmente transmissíveis (IST), além de promover a igualdade e o respeito à diversidade sexual e de gênero.<sup>4</sup> No escrito, eles afirmaram estar abertos para o dialogar com as mães e os pais que expuseram sua discordância, evidenciando que podem expor aos interessados, suas experiências e vivências durante as aulas e no período em que ficam no colégio.<sup>5</sup>

Recentemente, algumas mudanças ocorreram nesse cenário. No final de novembro deste ano, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) instalou um inquérito e decidiu por abrir ação contra a instituição, exigindo indenização por danos morais coletivos. Contudo, em seguida, o próprio MPMG pediu a suspensão da ação civil pública. Sua alegação foi de que tal ação não seria atribuição do órgão que a iniciou, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, mas da Promotoria de Educação.<sup>6</sup> O pedido, que até a escrita desse texto não foi julgado, repercutiu também dentre os familiares dos alunos. Em apoio à instituição e reiterando a solicitação da suspensão da ação, foi realizado ainda no final de novembro um “abraço coletivo” em uma das unidades do colégio, onde pais e alunos se abraçaram simbolicamente embalados por falas como “liberdade na educação”. Eles ainda realizaram uma volta ao quarteirão onde se localiza a unidade. Além disso, cerca de 400 ex-alunos e familiares assinaram uma nova carta de apoio.<sup>7</sup>

\* \* \*

O caso do Colégio Santo Agostinho descrito acima é um exemplo das controvérsias públicas que perpassam as acusações de “ideologia de gênero” que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos. A partir dessa polêmica temos que a noção de

---

<sup>4</sup> Além da carta ser aberta para assinaturas de apoio, ex-estudantes da instituição também se manifestaram pelas redes sociais e deram apoio ao colégio.

<sup>5</sup> Nascimento (2017) reporta informações sobre a nota dos estudantes. O documento ainda está disponível no anexo A desse estudo.

<sup>6</sup> Lovisi (2018).

<sup>7</sup> Durães (2018).

‘família’ está diretamente posta em pauta, uma vez que as justificativas destas acusações se respaldam na ideia de que a abordagem de temas que englobam o ‘gênero’ e a ‘sexualidade’ seriam de responsabilidade do núcleo familiar do estudante, não devendo ser contemplada nos programas das instituições de ensino. É com a intenção de explorar as repercussões desse cenário que esta monografia versa sobre tais contextos de disputas em torno da família no cenário público e na esfera micropolítica.

Cenários macropolítico e micropolítico não estão aqui, com efeito, divididos. Um é intrínseco ao outro, não existindo separação *a priori* entre eles – daí a expressão (micro)política presente no título dessa monografia. A literatura antropológica ressalta que os grandes divisores são fabricados (GOLDMAN, 1999), que toda perspectiva, implique ciência, teoria feminista ou estudos referentes às demais minorias sexuais<sup>8</sup> é “localizada” (HARAWAY, 1995), e que o ‘outro’ só existe em relação para com o ‘nós’. Aqui, da mesma maneira, trata-se de um percurso antropológicamente elaborado, relacional e vinculado ao particular (ABU-LUGHOD, 1991). Portanto, considerei para a presente pesquisa dois nichos de exploração: no debate público, o âmbito do Estado e das controvérsias em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT)<sup>9</sup>. No campo micropolítico, as experiências vivenciadas por pessoas que aderem à identidades LGBT, mais ou menos próximas do ativismo e do movimento social organizado, e suas famílias de origem.

Antes de adentrar a essas temáticas, no capítulo 1, realizo algumas considerações sobre a pesquisa etnográfica multissituada, exploro parte de meu próprio percurso nas ciências humanas e nessa pesquisa, e esboço um breve histórico teórico sobre estudos antropológicos que abordam a família, a política, o gênero e a sexualidade. Dentre os

---

<sup>8</sup> O sentido aqui aplicado é aquele proposto por Wirth (1941: 415) de ‘minorias’ como um grupo composto por pessoas que, “por causa física ou social e cultural recebe tratamento diferenciado (...) [sendo] excluídos de certas oportunidades, ou excluídos da participação plena em nossa vida nacional” – minha tradução. Da versão em inglês: “(...) those who because of physical or social and cultural differences receive differential treatment (...) (and) are debarred from certain opportunities or are excluded from full participation in our national life”. Ou seja, são grupos com representação minoritária e com acesso restrito ao poder.

<sup>9</sup> Utilizo aqui o termo LGBT tendo em mente as modificações recentes no âmbito brasileiro. O abandono do termo GLS: gays, lésbicas e simpatizantes; a passagem pela sigla GLBT: gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; e finalmente o uso da sigla atual. Ressalto, no entanto, que esta não esgota o campo plural de identidades associadas a essas letras, como *queers*, assexuais, intersexuais, pansexuais, não-binários, fluidos, abolicionistas, dentre outras e outros.

tópicos explorados estão considerações étnicas, questões etnográficas e apontamentos teóricos que me ajudaram a pensar os contextos aqui abarcados, como a noção de “etnografia multissituada”, a concepção do “Estado em ação”, as discussões *queer* e a possibilidade de considerar os discursos emocionais e sobre a emoção a partir da Antropologia das Emoções.

No capítulo 2, partindo do panorama político nacional, abarquei as ações que visam o estabelecimento de dois projetos de lei, os denominados “Escola sem Partido” e “Estatuto da Família”, ambos em processo de tramitação no Congresso Nacional e Senado Federal respectivamente. Pouco após a proposição dessas legislações no âmbito federal – talvez até como efeito do debate público suscitado por elas – começaram a aparecer propostas semelhantes nos níveis estadual e municipal. Acionando a apologia à “ideologia de gênero”, usando o argumento de que certos temas educacionais devem ser tratados no âmbito da família e não na escola, alguns Estados e municípios também aderiram a essa controvérsia. Isso pode ser constatado no contexto belo-horizontino, onde existe proposta em tramitação para modificação da Lei Orgânica do Município. Integrando esse debate público, organizações não governamentais (ONGs) e os movimentos LGBT de várias regiões nacionais – incluindo Belo Horizonte – tem replicado essa mobilização conservadora nas paradas do orgulho LGBT e em outros eventos.

A partir de pesquisa de campo iniciada em 2017 para uma bolsa de iniciação científica<sup>10</sup>, ao longo de três meses atuei como colaborador na organização da 20ª Parada do Orgulho LGBT e 4ª Jornada pela Cidadania LGBT de Belo Horizonte. Participei ainda das reuniões da organização responsável pelos eventos, o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos). A partir dessa aproximação fiz contato com

---

<sup>10</sup> Bolsa vinculada ao projeto *Construção da pessoa, família e sexualidades: um estudo comparativo sobre convenções culturais, individualização e mudança*, no qual fui colaborador de 2017 a 2018, sob orientação do professor Leandro de Oliveira, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados etnográficos apresentados foram parcialmente coletados nesse período, sendo aqui analisados com autorização do professor responsável. Destaco que meu contato para com os interlocutores se deu de maneira prolongada para além do período de campo destinado à essa pesquisa. Mesmo as informações acessadas durante minha atuação como bolsista ainda não se confundem com o relatório final da iniciação científica, uma vez que a análise realizada neste é de outra ordem e o documento entregue ao final da bolsa contou ainda com o material coletado pelos demais bolsistas e voluntários do projeto em outros contextos etnográficos.

algumas lideranças do movimento e, durante os eventos, empreendi interlocução com ativistas. Acessei ainda colaboradores através de contatos estabelecidos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Realizei entrevistas em profundidade visando explorar as relações desses sujeitos com suas famílias de origem.

No capítulo 3, trago desse material, três entrevistas e um conjunto de informações vinculadas à organização da parada e à essa realidade política. Busquei evidenciar as falas de Cristina, Leona e Dionny de forma a construir uma narrativa a partir de suas histórias de vida considerando, em parte, que cada uma delas representa uma construção identitária distinta entre as possibilidades cobertas pelas comunidades abarcadas na sigla LGBT. Em parte, ainda, porque cada caso revela diferentes experiências vivenciadas no âmbito familiar, quais discuto a partir da óptica da antropologia da emoções (REZENDE; COELHO, 2010; CLARK, 2018).

Entendo que a reflexão esboçada nessa monografia pode ser pensada como uma espécie de experimento etnográfico baseado em pesquisa multissituada. Inspirado pelo procedimento de “seguir o conflito”, identificado por Marcus (1995) como uma das alternativas possíveis de pesquisa no sistema mundial capitalista contemporâneo, procurei nesse trabalho ‘seguir a família’: traçar embates globais e locais, macro e micropolíticos nos quais a família comparece.

Em minhas considerações finais busco chamar a atenção para a centralidade que o ‘gênero’ ocupa nessas disputas e controvérsias. A noção de família, no contexto macropolítico, se encontra em um processo que pode ser pensado a partir de uma higienização, que visa qualificar certas categorias familiares e desqualificar outras. O gênero aparece nesse cenário como forma de desqualificar certas lutas e a busca por direitos, colocado sob a categorização de “ideologia”. No contexto micropolítico, as ‘emoções’ nos ajudam a pensar a forma como esse debate se atualiza nas experiências vivenciadas por pessoas LGBT em seu núcleo familiar de origem. Nesse ponto, entendo que a sexualidade, embora compareça atrelada a certos enfrentamentos, perde centralidade, emergindo com protagonismo nos conflitos a categoria ‘gênero’.

## CAPÍTULO 1

### EXPLORAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: um sobrevo

“Etnografia não é método.”

**Mariza Peirano**  
(2014: 377)

Era uma tarde de domingo. Desci do *Uber* em um bairro da periferia de Belo Horizonte. Uma senhora com cerca de 60 anos, avisada por mim sobre minha chegada minutos antes via *WhatsApp*, saiu ao portão de sua simples residência e ficou me esperando acertar com o motorista. Já tinha conversado anteriormente com ela, sempre em eventos onde disputava sua atenção com outros interessados. Me espantei com tamanha receptividade. Como figura conhecida da cena LGBT da capital mineira esperava que ela já estivesse cansada de receber ativistas, estudantes, políticos e pesquisadores. O que se deu foi de outra ordem. Ela me recebeu, a meu ver, como se eu fosse um amigo pessoal. Me perguntei se, de fato, ela realmente se lembrava de mim como disse por telefone e por *Facebook*, afinal, não são poucas as visitas que recebe nem poucos os contatos que faz nos diversos eventos em que participa. Em minhas primeiras abordagens eu era apenas mais um dentre as muitas pessoas que a interpelavam, seja na Parada LGBT de 2017 ou nos eventos promovidos pelo Cellos na UFMG e em espaços espalhados pela cidade.

Essa senhora, travesti como faz questão de reiterar e a quem chamo aqui de Leona, me acomodou no sofá, sentou-se em uma confortável cadeira de computador, me apresentou brevemente a outras *meninas*<sup>11</sup> que vivem em sua residência – momento onde pediu a uma delas que levasse para a cozinha um bolo que eu levava para nosso café da tarde – e me pediu que falasse um pouco mais sobre o que eu estudava antes de

---

<sup>11</sup> A expressão *menina* é bastante comum entre travestis e transexuais, especialmente quando uma mais velha se refere à outra mais nova. Uma exploração mais atenta sobre as experiências de travestis pode ser encontrada, dentre outros, no trabalho de Oliveira (2017), que aborda temas como envelhecimento, relações geracionais e as relações sociais no contexto da região metropolitana de Belo Horizonte.

iniciarmos nossa conversa – e entrevista.<sup>12</sup> Ali estava posto o cotidiano, uma cena da “ação vivida” da qual nos fala Peirano (2014: 386) e para qual devemos nos atentar durante o registro do estudo. A escrita, ainda que constitua uma técnica limitada, pode e deve abarcar detalhes no que diz respeito à maneira como as informações foram acessadas. Nesse caso, contemplando o reflexo da história de vida que seria comigo compartilhada, nas atitudes, na casa e no corpo dessa senhora educada.

A autora brasileira fala ainda da tarefa de comunicar na pesquisa antropológica a partir da etnografia e, ainda que esse trabalho não se configure tal como posto no contexto clássico, como mencionei, tento aproximá-lo do empreendimento multissituado (MARCUS, 1995). Para este autor:

(...) rastrear as diferentes partes ou grupos em um conflito define outra forma de criar um terreno multissituado na investigação etnográfica. (...) Nas esferas públicas e mais complexas das sociedades contemporâneas, esta técnica é muito mais relevante como princípio organizador para a etnografia multissituada. (MARCUS, 1995: 121)<sup>13</sup>

Ora, o que busquei foi justamente “seguir” essas disputas em torno da família no cenário político e das relações familiares no campo micropolítico. A pesquisa de campo, as aproximações para com os interlocutores e as entrevistas em profundidade se deram com o intuito de compreender, antropologicamente, os debates que tematizam a família no contexto de pessoas LGBT, mas também de estranhar esses discursos. Ainda que não tenha efetivamente participado junto daquilo de que me fala Leona, as informações partilhadas me colocam diante desta outra possibilidade: considerar seu relato e sua história de vida como possibilidade para compreensão de questões e discursos que se apresentam nesse complexo cenário. Uma exploração que parte de sua narrativa sobre

---

<sup>12</sup> As entrevistas foram preferencialmente registradas em áudio, mediante autorização das interlocutoras, e posteriormente decupadas. Ao longo do trabalho de campo, na realização das entrevistas e na execução da pesquisa como um todo, foram observados os preceitos estabelecidos pelo Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga – elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ASSOCIAÇÃO, 2012) – anexo B.

<sup>13</sup> “(...) rastrear las diferentes partes o grupos em un conflicto define otra forma de crear un terreno multilocal en la investigación etnográfica (...). En las esferas públicas y más complejas de las sociedades contemporâneas, esta técnica es mucho más relevante como principio organizador para la etnografia multilocal” – minha tradução.

as experiências que viveu mas que, talvez, outras pessoas também tenham vivido ou estão vivendo.

A realização de entrevistas com esse tipo de abordagem, histórias de vida, possibilita a compreensão desses cenários amplos, uma vez que o pesquisador pode considerar focos específicos e direcionamentos que são negociados com o interlocutor diretamente (BECKER, 1999). A ênfase na família também está pautada nesse campo metodológico. Trata-se da possibilidade de centrar a entrevista no campo do parentesco e das relações percebidas pelos sujeitos, o que Pina Cabral e Lima (2005: 357) chamam de “histórias de família”. O que considere para esse percurso a nível teórico, metodológico, e quanto à minha própria jornada nas ciências humanas, bem como a maneira como “estranhei” as cenas que foram surgindo é o que busquei tratar brevemente nesse primeiro capítulo.

#### 1.1. O ANTROPÓLOGO/EU E SUA/MINHA ETNOGRAFIA<sup>14</sup>: notas iniciais sobre (ess)a pesquisa antropológica

“Enquanto a invenção de outras culturas não puder reproduzir, ao menos em princípio, o modo como essas culturas inventam a si mesmas, a antropologia não se ajustará à sua base mediadora e aos seus objetivos professos.”

**Roy Wagner**  
(2010: 66)

Esse trabalho é o primeiro empenho antropológico que realizo em meu percurso acadêmico dentro da Antropologia Social – e fora dela. Enquanto estudante de Matemática<sup>15</sup> tive contato com a escrita da academia, no entanto, era um escrever vinculado à tipologia do que podemos chamar de ciência formal, ou de maneira mais ampla, ciência exata, que difere bastante da escrita de um trabalho no campo das ciências sociais e, diria ainda, da escrita de uma etnografia.

---

<sup>14</sup> Subtítulo inspirado na obra *O antropólogo e sua magia*, de Wagner Gonçalves da Silva (2006).

<sup>15</sup> Me formei em Matemática antes de cursar Antropologia.

Foi um trabalho contínuo me desvincular de antigos vícios de linguagem e de um sistema muito padronizado que poderia conferir à minha escrita. Não apenas lutei contra a ideia de me colocar como figura relevante no texto, tendo de me vigiar com relação a prática de me ocultar por presumir que isso daria uma maior credibilidade ao estudo, como também me pareceu um pouco estranho assumir um posicionamento diante da própria pesquisa, não atuando como agente neutro.<sup>16</sup> Realizando uma ponte para com minha área de atuação anterior e pensando até mesmo em possíveis críticas para as chamadas ciências exatas, busquei (re)lembrar a todo instante da seguinte constatação: “nenhum pesquisador de campo pode ser um observador totalmente neutro, imparcial, independente e externo aos fenômenos observados”<sup>17</sup>. Lembrei-me, ao contrário, de que “posicionar-se é, portanto, prática chave, (...) implica em responsabilidade (...) [e] em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional” (HARAWAY, 1995: 27).

Após a incursão a campo, ou antes, quando já pensava em como escrever essa pesquisa, me vieram à mente diversos problemas e desafios que enfrentaria nesse processo. O mais evidente deles, e qual considerei de maior magnitude, é justamente o que acabei de fazer aqui ao selecionar esse problema em específico e ao considerá-lo “um problema”: o juízo de valor. Como eu poderia me propor a realizar uma pesquisa de cunho social, pautada na qual considero sim uma ciência, a Antropologia, cujos objetos de estudo são as culturas<sup>18</sup> - ou, dito de outra forma, a alteridade - sem abrir margem para realização de diversos juízos de valores ao tratar desses grupos e de seus integrantes?

Ora, eu abarquei temas bastante complexos e que causam sempre discussões e muita polêmica quando são abordados. De que forma eu poderia tratar desses de maneira que fizesse sentido e que possuísse o rigor necessário à pesquisa, sem tomar um

---

<sup>16</sup> É fundamental localizar e identificar o antropólogo na cena e no texto, uma vez que o contexto possui influência sobre as colocações e ações dos atores envolvidos. Emerson, Fretz e Shaw (2013) também salientam que, de fato, o pesquisador não é invisível e nem simplesmente decorativo em campo, embora sua atuação não necessariamente transforme negativamente as interações e muito menos signifique um problema.

<sup>17</sup> (POLLNER; EMERSON, 1988 apud EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013: 358).

<sup>18</sup> De acordo com a definição e exploração feita por Lévi-Strauss (2012).

posicionamento próprio? A conclusão a que cheguei, é que essa neutralidade absoluta – e que por vezes é tão exaltada em alguns campos de pesquisa – é simplesmente impossível. Como destacaram Emerson, Fretz e Shaw (2013), ao selecionar aquilo que se quer pesquisar, essa ação já está impregnada de um posicionamento parcial – ponto também explorado por Haraway (1995). As teorias que darão base ao estudo e mesmo os recortes de campo, ou as falas selecionadas dos interlocutores, passam pela minha seleção, ou seja, já não são mais desvinculadas de posicionamento. Disso, dois tópicos me vieram a mente: contextualização e metodologia. O primeiro considerando não apenas meu lugar no campo, mas os atores e suas falas, e o segundo não apenas como alicerce para sustentação de meu estudo, mas também como forma de caracterizá-lo e dar coerência à pesquisa.

A contextualização se mostra não apenas relevante para compreensão dos posicionamentos e falas dos diversos interlocutores, como é fundamental ao analisar os recortes e as notas realizadas em campo, de maneira a lembrar durante esse processo analítico e em quaisquer futuras ligações com teorias que se pretenda fazer, de que o espaço, os diálogos e o tempo discriminado para a ocorrência do momento em que se realiza determinada fala, influi diretamente no posicionamento realizado – questão bastante discutida com meu orientador. Em outras palavras, não se pode transformar a fala que ocorre em momento específico e em um determinado contexto, em um discurso categórico como se ele fosse único e fixado, afinal “(...) ‘aquilo que aconteceu’ é um relato, feito por uma pessoa específica a outra pessoa específica, em um lugar e tempo específicos, com propósitos específicos” (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013: 377).

No que se refere à metodologia, trata-se de um ponto que merece maior destaque e atenção na pesquisa antropológica, não somente no que diz respeito à necessidade de coerência para com os métodos e teorias adotadas, mas principalmente no tocante aos percursos tomados, aos imprevistos e às necessidades de mudança para dar conta de determinando acontecimento não considerado anteriormente. Ou seja, em suma, referente ao que é pesquisar, com todas as questões, problemas e desvios que podem surgir. Tal ponto é abordado e salientado por Foote Whyte (2005), que reafirmou a importância e constatou a falta dessas descrições nos trabalhos publicados até a realização de sua pesquisa em *North End* nos anos de 1930. Passado esse primeiro

entreve, ou seja, o referente ao meu posicionamento diante das questões abarcadas pelo estudo, me surgiu um novo desconforto: como lidar com a pesquisa frente a uma realidade que lhe é próxima?

Trata-se de uma preocupação despertada justamente a partir da leitura de Foote Whyte. Esse antropólogo americano discute em seu texto algumas de suas considerações acerca das implicações de sua obra no bairro que foi alvo de seu estudo, e salienta questões que vão para além da concordância ou não por parte das pessoas, como o relato de ações ilícitas e possíveis desavenças entre pares devido a suas análises de hierarquias (FOOTE WHYTE, 2005). Ou seja, são questões a serem consideradas a partir do momento que se pretende realizar um trabalho na área da Antropologia Urbana. Em outras palavras, quando se vai fazer pesquisa em uma sociedade que lhe é próxima<sup>19</sup> ou que é a sua própria, onde – retomando o termo de Peirano (2014) – se vai estranhar o que supostamente lhe é familiar (VELHO, 1978).<sup>20</sup>

De fato, a antiga ideia de que “uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho” (VELHO, 1978: 73) já foi superada, e como salienta o próprio Velho (1978), essa proximidade para com o objeto de pesquisa de forma alguma é um defeito ou ponto fraco da metodologia. Segundo ele “(...) existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia” (VELHO, 1978: 37). Trata-se de apontamento sobre a imediação similar à “imersão” discutida por Emerson, Fretz e Shaw (2013). Segundo estes:

A imersão na pesquisa etnográfica, conseqüentemente, confere ao pesquisador acesso à fluidez da vida de terceiros e melhora sua sensibilidade para processos e interações. Além disso, a imersão possibilita que o pesquisador experimente por si mesmo, direta e forçosamente, as rotinas ordinárias e as condições em que as pessoas conduzem suas vidas, assim como os constrangimentos e as pressões aos

---

<sup>19</sup> Velho (1978) também discute o acesso dos interlocutores à pesquisa etnográfica, dando como exemplo seu trabalho com relação a drogas em comunidades de classe média alta.

<sup>20</sup> Trata-se, nesse contexto e considerando minha atuação, de uma proximidade relativa. Apoio e possuo interesse direto em diversos tópicos da pauta LGBT, contudo, fica evidente certo ‘distanciamento’ ao considerar, a exemplo, a realidade de travestis, transexuais, transgêneros e as histórias de vida de vários de meus interlocutores.

quais tal modo de viver está sujeito. (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013: 356)

Ora, a proximidade para com meu objeto de pesquisa pode se constituir de um ponto positivo ao considerarmos essa necessária aproximação, porém essa oportunidade de transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”<sup>21</sup> carece de um atenção em especial, pois é relevante ter em conta que nem tudo é o que parece ser. Em outras palavras:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre supondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (VELHO, 1978: 39)

Além disso, a partir da obra de Wagner (2010), considere ao longo do percurso etnográfico e ainda durante as análises que sou um igual perante meus interlocutores, afinal, eu possuo a minha própria cultura e ontologia – tão singular quanto qualquer outra – assim como eles possuem a deles – que pode ser mais ou menos próxima da minha nesse contexto. Consequentemente meu estudo se deu a partir dessa perspectiva: eu o realizo a partir de meu próprio posicionamento, logo é parcial e limitado (HARAWAY, 1995); sendo essa a primeira vez que experimento uma cultura em um estudo fora da “abstração acadêmica” (WAGNER, 2010: 31). Busquei tomar ciência de que minhas colocações estão no âmbito de uma objetividade relativa<sup>22</sup>, afinal, ao ir a campo não posso me desprender totalmente da cultura que já interiorizei. A percepção do outro também é coerente e deve ser respeitada – daí o vínculo fundamente para com a alteridade; afinal, “todas as culturas são equivalentes” (WAGNER, 2010: 29)<sup>23</sup>.

Perpassado esse trajeto de questionamentos e reflexões acerca do trabalho antropológico, pretendi durante essa monografia evidenciar e me manter fiel a meu posicionamento, mostrando-o não como o cerne relevante da pesquisa ou em uma perspectiva de superioridade, mas como uma das diversas facetas que aqui contrastam. Explorei minhas referências teóricas bem como descrevi o percurso da pesquisa de maneira detalhada, especialmente ao tratar dos pontos que considerei relevantes,

---

<sup>21</sup> (DAMATTA, 1974 apud VELHO, 1978: 37).

<sup>22</sup> Usando as expressões de Haraway (1995: 16), trata-se de uma objetividade “corporificada” e localizada.

<sup>23</sup> É o Wagner (2010: 29) chama de “relatividade cultural”.

contextualizando-os e pontuando-os no tempo situacional. Pretendi partilhar as diversas vozes que compunham o campo e abordar as perspectivas das situações que presenciei. Trata-se, assim como coloca Strathern (1997: 47) ao refletir sobre o seu lugar e posicionamento na pesquisa antropológica na Melanésia, de uma “instância” das diversas possíveis e que sem dúvida alguma “jamais se equivale ao todo da realidade percebida”. Ao contrário, é uma leitura realizada a partir da interseção – também presente na reflexão stratheriana – de um pesquisador que é homossexual e, desde o início da iniciação científica que me possibilitou entrar em campo, também um interessado e atuante na causa LGBT.

Constato, finalmente, que ainda que o percurso considerado, os excertos, as falas dos interlocutores, o trajeto em campo e o aparato teórico apresentados tenham passado pela minha própria seleção – ponto constatado por Clifford (2008) – não cabe a mim chegar a apontamentos absolutos, mas sim ao leitor tirar suas conclusões,<sup>24</sup> afinal de contas, “(...) a tarefa do etnógrafo não é determinar ‘a verdade’, mas revelar as múltiplas verdades evidentes na vida dos outros.” (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013: 359).

## 1.2. LOCALIZANDO O DEBATE ANTROPOLÓGICO: *a antropologia redescobre a sexualidade*<sup>25</sup>, a família e a política

“Os antigos gramáticos hegemônicos – incluindo os sexólogos – perderam o controle sobre o gênero e suas proliferações.”

**Donna Haraway apud Paul B. Preciado  
(2018: 351)**

Desde a constituição da antropologia como disciplina o tema da família e do parentesco são pautados. Antropólogos evolucionistas exploraram comparativamente as categorias de parentesco em diferentes sociedades a fim de compreender as regras que estavam por de trás dessas associações. Posteriormente, autores como Kroeber (1969 [1909]) e Rivers (1991 [1910]) se debruçaram à compreensão dos sistemas de parentesco,

---

<sup>24</sup> Pertinente apontamento feito por meu orientador.

<sup>25</sup> Título do artigo de Vance (1995).

da consanguinidade, de suas classificações e concepções. Em seguida, após os estudos centrais de Malinowski (2018 [1922]), antropólogos como Radcliffe-Brown (1973) e Lévi-Strauss (1976 [1949]), e àqueles pertencentes a perspectivas alternativas que surgem a partir dos anos de 1960, como Schneider (2016) e Viveiros de Castro (1995), empreenderam um esforço etnográfico a fim do melhor entendimento desse campo. No cenário recente, outras questões aparecem e demandam renovada atenção, como as novas tecnologias reprodutivas, a visibilidade de arranjos familiares alternativos e os direitos das pessoas que aderem a identidades LGBT.

Como lembra Fonseca (2003) foram as discussões feministas dos anos de 1970 que trouxeram o debate sobre família ao terreno de nosso próprio contexto e sociedade, possibilitando um reavivamento da obra de Schneider (2016 [1968]). Após esse período, ocorre uma relativa ausência de estudos que tematizem o tema no cenário antropológico, o que viria a mudar apenas nos anos de 1990. Carsten (2014) destaca como, neste período, a tecnologia, as concepções biológicas e o material de laboratório realizaram uma série de discussões pautadas na “substância” do parentesco. Nesse caso a antropologia deixa um pouco de lado as antigas explicações sobre sistemas e formulações genealógicas de sociedades indígenas e distantes para (re)descobrir o foco iniciado anteriormente do estudo da família no mundo contemporâneo urbano. Mais recentemente, autoras como Strathern (1995) e Butler (2003, a) problematizaram, respectivamente, as configurações familiares a partir das já mencionadas novas tecnologias de reprodução e da perspectiva *queer*<sup>26</sup> das concepções heteronormativas.

A família se tornou, desde então, uma categoria em debate, disputada por diversos atores sociais que não apenas a discutem, mas a constroem como um objeto político. No campo macropolítico ela tem aparecido nos meios de comunicação de massa tematizando, dentre outras questões, as novas configurações familiares e as experiências

---

<sup>26</sup> Em inglês esse termo significa ‘estranho’, sendo originalmente uma designação ofensiva a pessoas LGBT que posteriormente, em algumas realidades, tomaram para si essa designação como identidade e empoderamento. A teoria *queer* ou, de maneira mais abrangente, os estudos *queer*, surgem nos contextos europeu e americano a partir das identidades sexuais subalternas – em geral, a partir da classe média e branca – em uma reação à ordem política heterossexual vigente no mundo, espalhando-se para outras localidades e, de alguma maneira, para outras classes sociais, raças e identidades. Algumas autoras centrais nesse debate são Rubin (2017), Butler (2003, a), Foucault (2014, a, b, c), Preciado (2017), Sedgwick (2007), dentre outras e outros. No contexto brasileiro, autoras como Bento (2017) – que abandona o conceito inglês e cunha a palavra “transviado” – e Miskolci (2015) se dedicam ao tema.

no espaço doméstico e da vida cotidiana. Nesses discursos emergem concepções divergentes sobre o que a família é ou deveria ser. Algumas dessas concepções são defendidas por atores que se apresentam publicamente como “conservadores”. Outras, que denomino aqui de maneira relativamente impressionista como “progressistas”, emergem a partir de um discurso de defesa dos direitos das minorias sexuais.<sup>27</sup> No primeiro caso, as concepções são acionadas por defensores da “família tradicional brasileira”, seja no âmbito da política ou na vida cotidiana. No segundo, trata-se de discursos que visam a garantia dos direitos das novas famílias.

Ademais, é curioso notar uma característica nos estudos de parentesco e mais recentemente no que tange à família: dificilmente poder-se-á abordá-los sem a realização de análises que também englobem o gênero e a sexualidade. Se retomar a breve revisão bibliográfica que iniciei na introdução, podemos citar as diferenças entre as linhagens – matrilinear e patrilinear – que aparecem nos estudos de Kroeber (1969) e Rivers (1991); as relações marcadas que se dão entre pai, filho e o irmão da mãe nos estudos africanos de Radcliffe-Brown (1973); a troca de mulheres, o tabu do incesto e a fundação do próprio parentesco em Lévi-Strauss (1976); e mesmo as diferentes expectativas e percepções dos papéis de parentesco em Schneider (2016).

Tão pouco podemos desconsiderar totalmente a família ao se abordar o gênero e a sexualidade no mundo contemporâneo. Desde Engels (1987 [1884]) é evidenciada na teoria social a centralidade que a família assume no mundo moderno. No contexto LGBT isso remete às experiências que se dão no contexto do núcleo familiar, quais não são destituídas de poder, daí a micropolítica, sobre a qual Clark (2018: 6), afirma:

se a desigualdade é onipresente, a micropolítica também o é. “Micropolítica” é a conduta orientada para obter, manter e eventualmente conceder poder interpessoal através de atividades como reivindicar lugares, negociar e disputar posições.

---

<sup>27</sup> Certos políticos são tratados na mídia e, eventualmente, se auto-identificam como progressistas. Convém sinalizar que os referidos discursos podem não ser facilmente redutíveis a modelos dualistas desse tipo. Há integrantes da chamada ala conservadora que não apoiam o casamento LGBT, mas se posicionam a favor de políticas de saúde voltadas à essa população. Há pessoas que aderem a identidades LGBT e se colocam contra itens da pauta do movimento organizado. Devido às limitações inerentes a um trabalho de monografia não explorarei esse tema a fundo, ainda que tenha entrado em contato com alguns interlocutores que sustentam posicionamentos dessa ordem.

Nesse aspecto, o estudo de Oliveira (2013) é referencial. O autor evidencia em seu trabalho as relações entre pessoas que aderem a identidades LGBT e suas famílias de origem no contexto brasileiro da primeira década do século XXI, considerando em sua análise a centralidade que assume o momento de revelação dessa identidade – questão propícia ao abordar a história de vida de alguns de meus interlocutores. Tem-se que família, gênero e também a sexualidade – além da (micro)política – configuram-se como questões tangentes na construção dessa pesquisa.

Contudo, o debate sobre a sexualidade não é recente na literatura antropológica. Como evidencia Vance (1995) esse tema já estava presente na antropologia antes do surgimento da discussão contemporânea, sendo abordada indiretamente nas pesquisas de antropólogos como Malinowski (2018; 1983) nos anos de 1920. Surgem em seguida, nos Estados Unidos, as perspectivas que tratam da sexualidade sob o viés da influência cultural, sendo Mead (1969) uma das representantes desse período que desemboca, a partir da década de 1960, nas concepções construtivistas. Após um período de relativa ausência de estudos nessa temática, a partir das discussões sobre saúde e sexualidade que se seguiram e se debruçaram consideravelmente sobre a população LGBT em função da epidemia de HIV/Aids e das organizações que começam a se formar politicamente – visando resistência à ditadura militar no contexto brasileiro – ocorre uma inflexão em direção a estudos sobre políticas e direitos nas décadas subsequentes.<sup>28</sup> A partir da politização dos movimentos sociais em prol da causa LGBT no cenário nacional desde o final do século passado (FACCHINI, 2002) até a intensificação do ativismo que se deu nas últimas décadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, ocorreram no cenário público ações e reações sob a forma de protestos no que tange a luta por direitos humanos para a população LGBT e à legitimação destes. Refletir sobre esse contexto nos convida a olhar para uma biografia mais abrangente no campo da antropologia política.

Kuschnir (2007, b) assinala que o interesse por esse tema aparece nos estudos antropológicos desde suas origens, uma vez que o estudo das sociedades implica diretamente nas relações de poder. Dificilmente alguém negaria hoje o aspecto político do ritual do *kula* entre os trobriandeses. Como pode ser visto na obra de Malinowski

---

<sup>28</sup> A obra de Câmara (2002) evidencia essa inflexão. A autora explora o percurso histórico do grupo denominado Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro, em meados dos anos de 1980.

(2018), o ato de troca de presentes – colares, pulseiras e adornos outros – entre os grupos da Papua Nova Guiné e seus regulamentos constituem não apenas os mecanismos de interação entre esse povo, mas configuram-se fundamentalmente como um aspecto intrínseco do poder – a economia política. Aspecto que, aliás, já estava presente nos estudos antropológicos anteriores.

Desde as já citadas classificações do evolucionismo, onde estudiosos buscaram analisar e comparar os sistemas de poder nas sociedades chamadas de “primitivas” até ganhar centralidade a partir do funcional-estruturalismo britânico, a política esteve presente nos estudos antropológicos ainda que não fosse protagonista. A temática era encontrada nas entrelinhas das pesquisas – como no caso do *kula* – mas ainda sem ganhar categorização própria. É justamente a partir de 1920 e de um grupo de antropólogos influenciados por Bronislaw Malinowski, como Radcliffe-Brown (1973) e Evans-Pritchard (1999), e as incursões de estudos na África colonizada que isso começa a se transformar. A política passa a tomar corpo e a configurar-se como uma categoria na disciplina.

Ocupa lugar de destaque nesse processo histórico a obra de Radcliffe-Brown (1973; 1980), quem por vezes é considerado como o principal fundador da antropologia política e, embora abarque certa possibilidade de mudança em sua formulação teórica<sup>29</sup>, é circunscrito na perspectiva do estrutural-funcionalismo onde os estudos focam a estabilidade dos sistemas e formulam concepções mais fixadas no tocante à análise social<sup>30</sup>. A relevância dessa perspectiva se dá, como afirma Kuschnir (2007, a), devido ao impacto das formulações teóricas desse autor sobre pesquisadores posteriores, como Leach (2014) e Gluckman (2010).

Esses autores e suas obras passam a focar não mais a estabilidade, mas os processos de mudança dentro do corpo social. As experiências vivenciadas pelos *nuer* em um contexto de colonização, para com grupos rivais e para com o poder do Estado que agora se faz presente (EVANS-PRITCHARD, 1999); e as formulações sociais

---

<sup>29</sup> “A estrutura social não se considera estática, mas como uma condição de equilíbrio que só persiste por meio de uma renovação contínua (...)” (RADCLIFFE-BROWN, 1980: 22).

<sup>30</sup> De fato, esse autor expressa que ao se estudar a organização política deve-se lidar com a manutenção ou estabilidade da ordem social.

complexas dos *kachin* que percorrem campos diversos da divisão territorial e da posse ao *status* de poder e da autoridade política (LEACH, 2014); são exemplos que evidenciam a amplificação da concepção política nos estudos antropológicos posteriores – amplificação essa que não ocorreu sem sofrer críticas. Segundo Vincent (1996), pode-se considerar algumas fases da antropologia política: inicialmente tratou-se de estudos evoluídos dos demais interesses. Em seguida, a partir dos estudos do funcional-estruturalismo e do grupo de antropólogos influenciados por essa corrente, a disciplina cria corpo e passa a se configurar como conhecimento sistematicamente estruturado – o que Thomassen (2008) chama de uma “politização” da antropologia. Ocorre, então, uma amplificação das noções de ‘política’ e ‘poder’ na antropologia social, que se tornaram generalizadas e passíveis de se encontrar em qualquer estudo ou contexto; momento onde esse campo acaba por ficar um pouco esquecido.

Esse panorama é significativo no contexto atual se considerarmos as transformações políticas que ocorreram a partir dos anos de 1960 e 1970 que reacenderam esse campo de pesquisa, como o surgimento da contracultura e a consolidação do movimento LGBT. Tal como aponta Vincent (2012), críticas oriundas da teoria feminista e da teoria crítica também impactaram nas pesquisas em antropologia política e, com isso, surge o interesse pelos próprios processos políticos – estabelecendo a noção de antropologia da política (KUSCHNIR, 2007, b).

Além disso, a recentemente formação das novas configurações de protestos onde o corpo e a identidade ganham centralidade no contexto político (BUTLER, 2018), impactaram consideravelmente essa temática nos dias atuais. São exemplos os movimentos pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos e Europa; no Brasil, as marchas das vadias; a organização de movimentos LGBT em diversas cidades e Estados nacionais; os protestos políticos ocorridos em Brasília e demais cidades brasileiras em 2013. No contexto dessa pesquisa considereirei a 20ª Parada LGBT de Belo Horizonte, a 4ª Jornada pela Cidadania LGBT do mesmo município e a atuação de ativistas LGBT na região metropolitana da capital mineira – questões que desenvolvo melhor no próximo capítulo.

## 2. CAPÍTULO II

### **POLÍTICAS E CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS: disputas em torno da família**

“No caso do direito, o Estado nacional começa a render-se às modificações impostas pelas novas juridicidades legitimadas no interior das nações e se expõe ao impacto de uma nova concepção pluralista de nação. No caso da educação, as escolas e universidades, cada vez mais, abrem-se ao acesso dos outros da Nação, já não mais para transformá-los em sujeitos dóceis ao Ocidente e de mentalidade branqueada, mas para que eles retroalimentem e transformem as instituições educativas (...).”

**Rita Segato**  
(2006: 228)

Com a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do união civil e igualitária entre pessoas do mesmo sexo (LOPES, 2011)<sup>31</sup> e a partir do veto referente à distribuição do material didático escolar que promoveria o respeito à diversidade sexual e de gênero, denominado de “kit anti-homofobia”<sup>32</sup>, a pauta dos direitos LGBT ganha destaque na mídia e entre o grande público, trazendo à cena propostas de lei que são, a partir de então, acionadas no debate. É o caso do Projeto de Lei (PL) 867/2015, denominado de projeto “Escola sem Partido” e o PL 6583/2013, conhecido como “Estatuto da Família”. O primeiro estabelece orientações de conduta aos professores, tendo a pretensão de se tornar um movimento nacional por parte de seus adeptos<sup>33</sup>. O segundo trata da proposta de definição do conceito de família como sendo a união entre um homem e uma mulher, ou apenas um dos dois e sua prole, desconsiderando as famílias LGBT e mesmo os núcleos familiares onde não esteja presente um dos progenitores.

---

<sup>31</sup> Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF n. 132 do Estado do Rio de Janeiro, e Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 4.277 (RIOS, 2011).

<sup>32</sup> Também chamado por conservadores de “kit gay”. A presidenta Dilma Rousseff, cedendo às pressões de alas políticas que se colocaram contra a proposta, vetou o projeto em 2011.

<sup>33</sup> A proposta original foi desenvolvida pelo advogado Miguel Nagib em São Paulo e posteriormente virou projeto de lei de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF). Estão em tramitação em alguns estados e municípios projetos similares. Tal cenário é amplamente coberto pela mídia (TENENTE; FAJARDO, 2016).

Pautados nesses dois PL os organizadores e adeptos desse movimento tomam para si a defesa dos valores morais da “tradicional família brasileira” e se colocam não apenas contra determinadas posturas em sala de aula, atacando diretamente os professores e dirigentes escolares, mas também exigem que eixos até então contemplados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, como Sexualidade e Educação Sexual, sejam retirados do conteúdo oficial.<sup>34</sup> Os envolvidos respaldam-se em uma categoria acionada ao abordar-se ambos os projetos e em suas variações no nos cenários locais, a chamada “ideologia de gênero”. Essa categoria vem sendo utilizada desde então como forma de deslegitimar as políticas públicas voltadas à população LGBT, tanto no que diz respeito a possível criminalização da homofobia, ao acesso a políticas sociais e de saúde e a ações no âmbito educacional de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero (JUNQUEIRA, 2017, b). As origens dessa categoria, sua relação para com o “Escola sem Partido” e o “Estatuto da Família”, bem como suas implicações no cenário brasileiro e belo-horizontino é o que abordei nesse capítulo.

## 2.1. “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: uma controvérsia global e local

“O confronto entre a disposição ‘liberal’ e a disposição ‘moral’ nunca foi hegemônico (...). Cada sociedade nacional, cada classe social, cada grupo dominante, cada segmento de status, cada igreja hegemônica, estabelecem marcas e fronteiras significativas para o jogo entre esses valores – propiciando uma história intensa, variada e inquietante para ambos os lados.”

**Luiz Fernando Dias Duarte**  
(2009: 21)

Partindo do tema da 20ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, *Famílias e Direitos: nossa existência é singular, nossa resistência é plural*, decidi abordar a temática da família focando as discussões levantadas pela pretendida definição legal de seu

---

<sup>34</sup> O objetivo é alterar o artigo segundo do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata do respeito à diversidade.

conceito – recentemente posta em pauta – considerando especialmente os debates gerados a partir da concepção limitada dessa categoria proposta pelo denominado ‘Estatuto da Família’, já aprovado no Congresso Nacional.<sup>35</sup>

Trata-se de um projeto de lei que prevê em seu texto a definição do conceito de família como sendo a união entre um homem e uma mulher e sua prole – se existirem; ou então, como o grupo formado por qualquer um dos pais junto de seus filhos. Ou seja, além de ir contra as formações familiares dissidentes, como no caso de filhos que são criados por outros membros familiares, não estão incluídos nessa concepção as famílias homossexuais. Isso resultaria às famílias dissidentes a perda de direitos que estariam resguardados juridicamente apenas àqueles que se encaixam nos termos do referido estatuto, como por exemplo, a inclusão do cônjuge – masculino ou feminino – em planos médicos, divisão patrimonial, composição de renda para busca por financiamentos ou empréstimos diversos e o recebimento de heranças. Além, é claro, de dar respaldo à estereótipos e preconceitos sociais que já são amplamente acionados contra a população LGBT, e de fundamentar outras ações no âmbito do Estado, engendradas de maneira tal que acabam por impedir diálogos e a discussão sobre questões de orientação sexual e identidade de gênero em outras esferas. Tal empreitada, contudo, não é recente. Ainda que não tematizasse o contexto LGBT, Schwartzman (1981) destacou em seu texto como o decreto-lei n. 3.200 de 1941, uma espécie de estatuto da família proposto durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas<sup>36</sup> que incentivava o casamento alinhado à religião cristã católica, chegou a ser posto em pauta, trabalhado e articulado, mas não foi promulgado justamente por seu caráter polêmico e excludente.<sup>37</sup>

Além disso, outro fator de relevância é que o atual “Estatuto da Família” foi composto como projeto terminativo, ou seja, não precisou ir à plenário na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional para seguir em tramitação no Senado Federal. Apenas

---

<sup>35</sup> Alegretti e Oliveira (2015).

<sup>36</sup> Vargas governou o país em regime provisório de 1930 a 1934. Após uma nova constituinte, de 1932, através do voto – secreto – continuou no poder entre 1934 e 1937. Em seguida, através de um golpe, ele governou em regime ditatorial de 1937 a 1945, período denominado de Estado Novo. Posteriormente ele voltaria ainda ao poder pelo voto popular direto, governando o Brasil de 1951 até a data de sua morte, ocorrida em 24 de agosto de 1954.

<sup>37</sup> O decreto ainda regulava o matrimônio de colaterais de terceiro grau e dava respaldo financeiro para a geração de filhas e filhos.

a sua aprovação na comissão especial designada para seu pleito – que ocorreu em 24 de setembro de 2015 – já garantiu a continuidade do processo. Isso foi tomado como uma vitória inicial por parte dos que apoiam o relator desse projeto de lei, Diego Garcia (PHS-PR) – como a chamada bancada evangélica<sup>38</sup> – e como uma violação dos direitos humanos e da Constituição Federal pelos opositores, em destaque, àqueles que apoiam a causa LGBT, como Érica Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (PSol-RJ).

De fato, o que me chamou a atenção foi esta ligação dúbia, quase dialética, que se pode estabelecer para com o Estado: precisa-se dele para operar ações legítimas e conseguir a garantia de direitos, mas também, por outro lado, ele próprio pode ser o agente de exclusão – ou, dito de outra forma, de não inclusão – que retira esses direitos. Não há novidade aqui. É destacada essa visão do poder estatal, e ainda, que ele – o Estado –, tendo aspecto colonialista, presta-se justamente para essas ações, especialmente em relação às minorias. Mas nesse contexto, me aproximo de algo já apontado por Das (2007) sobre como essas relações, entre Estado e determinado grupo, acaba se moldando de acordo com acontecimentos e ações específicas. Refiro-me à sua análise sobre a série de desordens e o massacre que ocorreu em Sultanpuri, na Índia, após o assassinato da Primeira Ministra, Indira Gandhi. Nesse contexto, a autora explorou, dentre outras situações, como se dava o processo de registro de boletins de ocorrência sobre bens furtados durante o caos instalado na região, que colocava as vítimas frente a uma situação, no mínimo, pouco confortável: esse registro era uma necessidade e visava garantir direitos e ressarcimentos futuros, mas, ao mesmo tempo, os familiares tinham de buscar a polícia, mesmo sabendo que eles estavam diretamente ligados às ocorrências que resultaram na desordem ali desembocada.

Das (2007), nesse caso, se ateu justamente à essa relação ambígua da qual falo, sendo que sua análise só foi possível por se considerar um Estado em movimento, que não se encontra fixado nem acabado, mas que a todo instante se molda e se transforma – ponto de vista partilhado por Peirano (2006). Ora, se é o Estado o regulador dos direitos que cada cidadão detém (PEIRANO, 2006), é possível – se não óbvio – que existam falhas nesse processo, mas para além disso, pode ocorrer algo ainda mais grave:

---

<sup>38</sup> Grupo de deputados e de senadores que estão ligados, de alguma maneira, a igrejas cristãs evangélicas.

um estabelecimento arbitrário por força de lei<sup>39</sup> onde o Estado, em seu imperativo, impõe uma ordem ou configuração pautada em certos fundamentos morais à sociedade de maneira hegemônica e, conseqüentemente, pode não apenas ser omissa à própria constituição que o dirige, onde se postula o princípio de igualdade, como pode acabar promovendo e decretando a perda dos direitos de um grupo ou minoria.

De maneira a observar implicações e levando em conta que “para estudar o Estado, precisamos deslocar nosso olhar dos lugares óbvios nos quais se espera que o poder resida, para as margens e recônditos recessos da vida cotidiana” (DAS, 2007: 2), considere algumas controvérsias sociais referentes à temática da família, não apenas a própria que se oriunda a partir dessa concepção tradicional proposta pelo referido estatuto, mas também a discussão que gira em torno de temas como liberdade, gênero e sexualidade no âmbito educacional a partir do chamado projeto “Escola sem Partido”. Considerei, para tanto, as informações do próprio site do programa e reportagens sobre seus desdobramentos.

\* \* \*

O “Estatuto da Família”, que se encontra na fila para votação no Senado Federal,<sup>40</sup> para além das problemáticas já salientadas, acaba ainda por propiciar uma forte retomada de discursos tradicionais que se pretendem salvaguardas não somente da família, mas também da educação e do futuro da nação. Um exemplo disso é outro projeto de lei, o “Escola sem Partido” que, embora anterior ao “Estatuto da Família”, tornou-se um movimento – que tem a pretensão de ser nacional – e ganhou maior destaque, e força, com a proliferação da discussão sobre família e a garantia de seus direitos.

Pautados nos parágrafos do “Estatuto da Família”, que determinam não só a concepção de família, mas também, que cabe ao Estado e a todos os órgãos públicos garantirem os direitos superiores da entidade familiar, que diferem dos direitos

---

<sup>39</sup> Considerando aqui a concepção de ‘lei’ em Derrida (2010), onde direito e justiça estão descolados, ou desconstruídos. Nesse sentido, eles não devem ser tomados *a priori* como conceitos similares ou intrínsecos, pois a existência de um, de fato, não garante o outro.

<sup>40</sup> Deputados que se colocam contra o estatuto entraram com pedido para que o projeto seja votado no Senado, mas que volte para votação em plenário no Congresso Nacional (SALCEDO, 2015; ALEGRETTI; OLIVEIRA, 2015). Até o momento a solicitação não foi acatada.

individuais dos sujeitos,<sup>41</sup> os organizadores e adeptos do “Escola sem Partido”, se colocam contra determinadas posturas em sala de aula – atacando diretamente os professores – bem como exigem que determinados eixos educacionais deixem de ser contemplados no conteúdo oficial.<sup>42</sup> Eixos estes que compõem a chamada “ideologia de gênero”, que associada a outros itens, como o posicionamento político – especialmente marxista – formam um conjunto de “ideologias” que não devem ser abarcadas pela escola.

O termo “ideologia de gênero” tem sua origem no Conselho Pontifício para a Família, em textos do final do século XX e início do século XXI que promoviam uma teologia da família sob a autoria de Karol Wojtila, o Papa João Paulo II (JUNQUEIRA, 2017, a). Na mesma época, tanto Wojtila quanto o cardeal Joseph Ratzinger, que viria a se tornar o Papa Bento XVI, professavam uma concepção do corpo que reiterava um caráter naturalista respaldado no traço divino – especialmente em relação à mulher – o que se expandiu em seguida para a família e para a sexualidade e o gênero (JUNQUEIRA, 2017, b; MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Trata-se de um período de formulação de teorias antigênero. A partir dessas formulações ambos os papas e diversos teóricos e teólogos vinculados à igreja começam a atacar o que chamam de “modernidade” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), marcada pela perda dos valores cristãos professados pela Santa Fé e, no campo das identidades, por “puras abstrações” (ibid., 27) – concepções que se espalharam desde então para outras partes do globo. No entanto, dois apontamentos são pertinentes ao se considerar a chegada e apropriação desses discursos na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Por um lado as apropriações desses discursos antigênero se deram de maneira acentuada por parte da religião cristã evangélica e não pela igreja católica onde teve origem – o que contrasta fortemente com a atuação da bancada evangélica no campo político. Como destaca Junqueira (2017, a), no cenário nacional o discurso passa por uma descolonização, perdendo em parte seu viés religioso e de profissão de fé. Ao contrário,

---

<sup>41</sup> O projeto prevê ações conjuntas de órgãos públicos, bem como outros atendimentos específicos à família, não apenas no campo social, mas também médico – com destaque para questões psicossociais da “unidade familiar”. Isso inclui ainda a pretensão de se criar “conselhos de família” voltados ao estudo de políticas públicas que defendam a família e seus direitos conquistados.

<sup>42</sup> Nesse caso, especialmente quando se fala da orientação sexual e da identidade de gênero.

ele ganha cunho científico, sendo respaldado por lideranças políticas alinhadas ao pensamento conservador, por pastores e demais envolvidos através de uma certa concepção da ciência, constituindo um discurso de legitimação que não pode ser refutado sob o viés da crença ou do Estado laico. Para esses envolvidos, a outra ponta do debate implica diretamente as crianças: proibir a “ideologia de gênero” visa resguardar o direito da família em educar seu filho levando em consideração seus princípios e valores morais. Para os integrantes dos movimentos que se colocam contra – e me incluo entre eles – trata-se não só de uma postura e ação inconstitucional, como um ataque direto à democracia, à liberdade de atuação docente e aos direitos das minorias sexuais.

De fato, existe uma parcela de igrejas de correntes cristãs evangélicas que se colocam contra os direitos conquistados nos últimos anos pelos movimentos LGBT, bem como defendem seus próprios valores frente às políticas públicas que visam garantir os direitos desses sujeitos. Como bem salientam Natividade e Oliveira (2013), ocorreram nos últimos anos ataques diretos a essa pauta progressista não apenas em cultos de igrejas evangélicas, que configuram o “homossexualismo” como um dano à sociedade e que se incentivado por representantes do poder público, acaba por tornar-se “perverso”; mas também por certa parte da mídia, que destacou os trâmites de leis de interesse LGBT de maneira negativa, como a criminalização da homofobia – evidenciando os “perigos” dessa lei e seus impactos sociais.

Além disso, a partir do movimento inicial do “Escola sem Partido” de Miguel Nagib, surgiram ainda outros projetos de lei, a níveis estadual e municipal, que se assemelham – e se inspiraram – nesse PL, a saber, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Alagoas e no Distrito Federal.<sup>43</sup> Destes, o caso de Alagoas recebeu grande destaque da mídia, especialmente porque o projeto “Escola Livre”, aprovado por unanimidade e que prevê, assim como o projeto nacional, posturas que não podem ser tomadas pelos professores, fora vetado pelo governador do Estado, mas posteriormente voltou a vigorar quando os deputados conseguiram derrubar o veto<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Tenente e Fajardo (2016).

<sup>44</sup> Nesse caso, o ministro Luís Roberto Cardoso, do STF, suspendeu provisoriamente os efeitos da referida lei (MINISTRO, 2017).

Além desse, outro projeto que deve ser citado, pois contrasta fortemente com a proposta de exclusão da temática da Sexualidade e Educação Sexual das Diretrizes Curriculares Nacionais, é o de autoria da deputada Sandra Faraj (SD-DF), aprovado por 17 votos contra 7, que inclui como conteúdo transversal na grade de escolas públicas do Distrito Federal, o tema “valores de ordem familiar”, cujo objetivo é trabalhar questões de educação moral e religiosa. Da mesma maneira que o “Escola sem Partido”, as orientações e valores trazidos de casa – repassados pela família – estão acima dos promovidos na escola e devem ser inteiramente respeitados pelos professores.<sup>45</sup> Destaque para o fato de que, considerando-se as polêmicas envolvendo projetos similares e o veto de propostas como essa, especialmente quando tratam de “valores tradicionais”, a deputada argumenta que esse caso não se enquadra em tal situação, uma vez que a constitucionalidade dos “temas transversais” já está superada, e cita outros temas como “cidadania e leitura de jornais” já aprovados e em vigor há tempos para fundamentar sua fala.

Observo, portanto, que existe um grande movimento em direção a projetos e ações similares ao “Escola sem Partido”, em uma rede que se desenvolveu para além do referido projeto de lei (figura 1).<sup>46</sup> O PL se constituiu também, com o respaldo de apoiadores, em um movimento que atua a níveis nacional, local e na internet,<sup>47</sup> onde são publicados artigos de apoiadores e de críticos a propostas que vão contra os interesses dessa parcela conservadora, além de ser um local para atacar políticas públicas que defendem a inclusão e mesmo propostas pedagógicas que são “subversivas”, como as vinculadas ao pensamento marxista ou à pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Além disso, qualquer cidadão que tenha acesso pode “colaborar” ativamente enviando comentários – em “Depoimentos”; relatos de casos – em “Defenda seu filho” – e mesmo denunciando, afim de expor publicamente os envolvidos na “doutrinação” de estudantes – em “Corpo de delito” (figura 2)<sup>48</sup>. Dentre os relatos, um dos mais recentes trata

---

<sup>45</sup> PROJETO, 2016.

<sup>46</sup> Cujo site oficial é: <http://www.programaescolasempartido.org/>.

<sup>47</sup> Cujo site oficial é: <http://www.escolasempartido.org/>.

<sup>48</sup> Existem, nessa sessão, não apenas relatos, mas também vídeos que foram gravados por estudantes em sala de aula, bem como *prints* de redes sociais contendo comentários de professores que se posicionam contra o golpe que levou ao cargo de presidente o então vice-presidente Michel Temer – destacados como exemplo de como os professores “doutrinam” os alunos nas escolas a serem adeptos de certas “ideologias”.

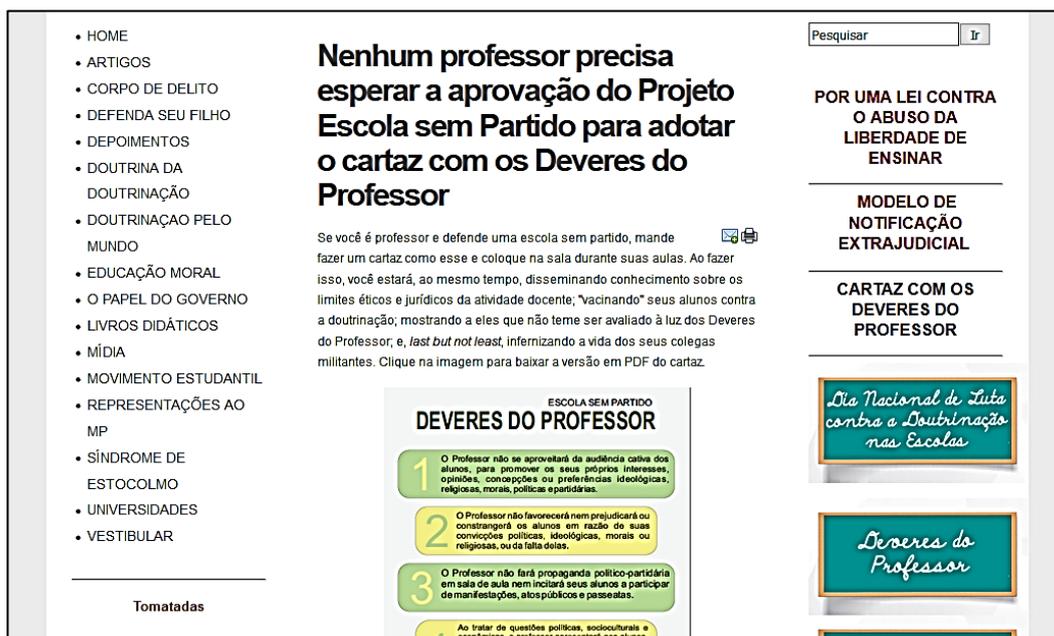
justamente de ações pedagógicas no campo da orientação sexual e identidade de gênero (relato 1).

FIGURA 1: página inicial do programa “Escola sem Partido”.



Fonte: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 11 out. 2017.

FIGURA 2: página inicial do movimento “Escola sem Partido”.



Fonte: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 11 out. 2017.

(Relato 1)

Em Florianópolis, onde meu filho frequentou a sétima série em 2012, na mesma escola municipal que teve problemas com a família da criadora do Diário de Classe, convidaram os alunos (meu filho recusou participar) a trocarem os gêneros das vestimentas, entrar em todas as turmas (crianças de 7 anos indo para casa assustadas com o choque da cena), enquanto uma professora de ciências (não deveria ela ensinar

sobre fórmulas, reações químicas do que agir como militante da consciência social?) explicava sobre transfobia, lesbofobia, e expuseram no álbum da escola dezenas de fotos.

A pedido de mães (e com o apoio de minha esposa, professora de educação infantil em instituição privada) que não tinham coragem de se expôr e reclamar, consultei o Ministério Público e o conselho tutelar, e orientado por eles fui à direção e fiz vários questionamentos, inclusive sobre o fato de não terem enviado aos pais nenhum aviso ou solicitado assinatura permitindo o que foi chamado de "gincana", avisando que se o abuso se repetisse eu levaria o material que salvei da própria página da escola para o MP. Aqui abaixo uma das fotos que extraí do álbum da escola antes dele ser excluído na época, onde devidamente borrei as faces das crianças, coisa que não tiveram cuidado. (12 dez. 2015)<sup>49</sup>

É proposta central do “Escola sem Partido” que em toda instituição escolar sejam estabelecidas e publicizadas através de cartazes e de ações que as divulguem aos alunos, alguns deveres inerentes à condição docente, quais devem ser seguidas “impreterivelmente”. Colegas de profissão, pais e alunos se tornam os “fiscais” para que tais deveres não sejam descumpridos (figura 3). Tudo em prol de uma educação que não promova “ideologias”, sejam políticas ou de gênero, que são – especialmente a segunda – um risco à família tradicional brasileira e a seus valores.

Tem-se, portanto, que longe de ser uma iniciativa única de um indivíduo público que conta com amplo apoio de políticos e estão, a partir do Estado, objetivando estabelecer certos valores tradicionais como superiores a outros, o “Estatuto da Família” e o “Escola sem Partido” possuem respaldo de uma boa parte da população brasileira, justamente nessa retomada – qual já mencionei – de discursos tradicionais que se pautam em valores morais cristãos. Trata-se, no entanto, de uma ação que possui reações: de políticos que apoiam a causa LGBT, como já assinalado, mas especialmente a partir da forma mais comum de protesto no mundo moderno, a dos movimentos sociais (JASPER, 2016). Vários movimentos organizados vêm tematizando em suas ações – no caso dessa causa específica – a importância de se trabalhar a temática do gênero e da sexualidade nas escolas para quebra de preconceitos e paradigmas, bem como a urgência de se discutir as consequências desses projetos de lei.

---

<sup>49</sup> Fonte: <http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho-categoria/572-mensagem-enviada-por-anderson-da-silva-em-12-12-2015>. Todos os materiais aqui citados podem ser encontrados no site oficial do programa.

Dentre as ações que tematizaram essa discussão, destaca-se o tema da 20ª edição da Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro<sup>50</sup>, a primeira a se posicionar diretamente contra o “Estatuto da Família”, destacando o caráter inconstitucional do estatuto, bem como suas consequências, que para além de “simples palavras”, fundamentariam ainda mais a intolerância e a violência contra pessoas LGBT. Outras ações que tematizaram essa discussão mais recentemente, é a 20ª edição da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte e a 4ª Jornada pela Cidadania LGBT,<sup>51</sup> que além do movimento político da própria parada – que abordou as questões acerca da concepção de família e dos direitos de famílias LGBT – organizou diversos eventos ocorridos mês de julho de 2017, onde foram abordados diversos temas, como saúde, visibilidade de travestis, transgêneros e transexuais e as políticas públicas e direitos humanos e da população LGBT.

FIGURA 3: Deveres do professor segundo o programa “escola sem partido”.



Fonte: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 12 out. 2017.

<sup>50</sup> Milhares (2015).

<sup>51</sup> Cellos (2017).

Essa configuração se estrutura como um grande impasse a nível nacional – considerando as ações globais e locais – onde trata-se não apenas, a meu ver, de relacionar direitos humanos – universais – à particularidade e singularidade de cada cultura – questão já suficientemente complexa e da qual discorre Almeida (2012). Isso, porque, se fosse essa a maior questão de toda a problemática, penso que, de fato, a proposta do antropólogo português, de um “diálogo intercultural”, onde “(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”<sup>52</sup>, poderia ser um ponto pertinente da renovação dessa discussão,<sup>53</sup> o que ajudaria a relacionar a justiça à diferença, e a colocar a lei como mediadora e administradora do “convívio de costumes diferentes”, como propõe Segato (2006: 212).

No entanto, ainda há um ponto mais específico no caso brasileiro, que em minha concepção agrava a situação e que deve ser considerado ao se tratar da temática da qual decorri até aqui. Trata-se de algo que já salientei inicialmente, e se estabelece quando o Estado promove uma determinada política, lei ou concepção jurídica pela qual ele próprio não inclui, ou exclui, não indiretamente, mas diretamente um grupo e/ou minoria do acesso a seus direitos, que não apenas retiram direitos da população LGBT como também silenciam suas vozes e impedem o avanço de sua luta contra violência e exclusão.

## 2.2. A PALAVRA PROIBIDA:

gênero e a Emenda n. 3 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte

“(...) Ninguém faz seu gênero isoladamente, secretamente. Ou seja, não existe gênero em si, absoluto. O gênero é sempre para si. Você precisa do olhar do outro para se produzir no gênero. Isso é válido para todos nós. Daí a força regulatória do gênero.”

**Berenice Bento**  
(2017: 129)

---

<sup>52</sup> (SOUZA SANTOS, 1997 apud ALMEIDA, 2012: 968).

<sup>53</sup> Como o próprio Almeida (2012) argumenta.

Durante as reuniões iniciais do projeto de pesquisa no qual fui bolsista de iniciação científica, o professor orientador considerou alguns campos a serem explorados pelos integrantes.<sup>54</sup> Constavam no planejamento algumas igrejas inclusivas e o movimento social organizado. Este último seria acessado a partir de contato anterior estabelecido entre Leandro e uma das lideranças do Cellos. Acabei optando, em comum acordo com meu orientador, em realizar pesquisa de campo nesse centro, que havia começado a realizar encontros para organização da Parada LGBT do ano de 2017.

Através do grupo do Cellos no *Facebook* tive acesso à agenda das reuniões, que eram abertas a voluntários. No final de abril daquele ano, no fim de tarde de domingo, fui à um desses encontros realizado em um prédio na região central da cidade. Sendo o primeiro “voluntário” a chegar naquele dia, fui recebido por uma das figuras mais ativas do movimento na capital mineira, a quem chamo aqui de Orlando. Me apresentei como estudante da UFMG e bolsista de um projeto que visava estudar o ativismo LGBT e as relações familiares dos envolvidos. Logo em seguida conheci outra liderança do centro, Marcos, com quem meu orientador havia feito contato. Ao me apresentar, de imediato, ele se lembrou das conversas que teve com Leandro. Ressaltou, ainda, que “era muito bacana” o interesse do professor em realizar essa pesquisa a partir do movimento social.

Uma sugestão feita por meu orientador foi a de que eu participasse ativamente no Cellos, me voluntariando a ajudar na organização da parada e nos demais eventos que estavam sendo promovidos na época. Foi o que fiz. Marcos concordou prontamente e, naquele mesmo dia, foi adicionado aos grupos oficiais da organização no *WhatsApp* e fiquei incumbido de colaborar em algumas ações: publicizar os eventos na redes sociais e distribuir, a partir da semana seguinte, os *folders* de divulgação em espaços da UFMG.

Ao longo dos meses que participei dessas reuniões, ajudei ainda na divulgação dos eventos da 4ª Jornada pela Cidadania LGBT, edição que, diferente dos anos anteriores, não se estendeu por uma semana, mas por um mês. Constitui-se de palestras, oficinas, sessões de filmes e debates, rodas de conversas e outras ações que tematizavam

---

<sup>54</sup> Na época o projeto contava com 2 bolsistas e 2 voluntários.

e visibilizavam a comunidade LGBT. Foi em um desses nesses eventos que conheci uma de minhas principais interlocutoras, Leona.

No tocante à Parada LGBT, a temática foi *Famílias e direitos: nossa existência é singular, nossa resistência é plural*, atualizando o debate em torno das monções na legislação que tocam à família e, em especial, aos direitos das novas configurações familiares. Tais monções e o cenário de visibilidade conquistado pela comunidade LGBT ainda se relacionaram a articulações entre movimentos sociais e as alas “progressistas” da administração pública, possibilitando a abertura de departamentos específicos que atuam no combate à discriminação e à violação de direitos. É o caso, no contexto de Belo Horizonte, da *Diretoria de Políticas para População LGBT*, vinculada à *Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania*, inaugurada na atual gestão do prefeito Alexandre Kalil (PHS-MG).

Trata-se de um órgão destinado a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para pessoas LGBT, contemplando ainda, ações que buscam dar visibilidade a esse grupo, estimular a denúncia de crimes que perpassam a LGBTfobia e atender a solicitações de populares. Sua abertura, no entanto, desagradou a vereadores conservadores que, dentre outras falas, acusaram a prefeitura de intensificar a “ideologia de gênero” no município.

Outra questão que se articula a esse debate é uma PL local similar ao “Escola sem Partido” que se encontra em tramitação na câmara de vereadores. Ele visa proibir a implementação de políticas educacionais que tematizem a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Sob a justificativa da “ideologia de gênero”, o artigo 158 da Proposta de Emenda à Lei Orgânica n. 3 do Município afirma:

Parágrafo único: Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de política de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual. (BELO HORIZONTE, 2018: sem paginação)<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> O projeto foi protocolado em março de 2018. É de autoria de Jair DiGregório (PP-MG) e de outros 13 vereadores (BELO HORIZONTE, 2018: sem paginação).

Um apontamento que enfatizo sobre o parágrafo supracitado envolve as “desqualificações” de monções similares em outras cidades e Estados brasileiros. Em casos ocorridos no Rio de Janeiro e em Goiás, PL similares foram vetadas sob a justificativa de que a “ideologia de gênero” não estava definida ou, ainda, de que aulas que tematizam o gênero, a sexualidade, o corpo e a identidade não configuram “ideologia”. Entendo que foi visando impedir que a Emenda n. 3 seja desqualificada da mesma maneira, que em sua proposição ela proíbe não apenas a própria “ideologia de gênero” mas também a “aplicação” dos termos “gênero” e “orientação sexual” no contexto escolar.

Integrantes do Cellos, vereadores pró-LGBT e a diretoria citada unem esforços para impedir sua aprovação, chamando a comunidade a protestar nos plenários da câmara em sessões que tratam desse PL. Da mesma maneira os vereadores conservadores chamam figuras religiosas e a “família tradicional” a comparecerem em plenário e exigir sua aprovação. Na última sessão ocorrida, no início de 2017 – na qual não pude participar por estar em intercâmbio –, como me relata Orlando, os grupos em favor da PL e contra tiveram de ser separados, pois alguns atos de violência ocorreram.

Entendo que a situação apresentada no contexto de Belo Horizonte, possivelmente similar a outros municípios brasileiros, evidencia os enfrentamentos atuais que se dão em torno da “ideologia de gênero” e da ‘família’. A primeira categoria, de fato, está amplamente associada à segunda. Falar em “ideologias” no tocante ao gênero, o que se vincula diretamente à essas monções, é falar da família e das disputas em torno desta.

### 2.3. A SOCIEDADE EM PÂNICO: conflitos, emoções e cismogêneses

“Pânico social é feito para causar medo!”

**Leandro de Oliveira**  
(2018)<sup>56</sup>

Como se instala – ou se fabrica – o pânico moral? Miskolci e Campana (2017) nos fornecem algumas pistas. Momento de instabilidade política são propícios para isso. Os agentes envolvidos se valem de pequenos excertos reais e manipulam a informação, disseminando distorções através de grandes veículos de comunicação em massa. É escolhido um alvo, algo contra o qual deve se lutar. São evidenciados os “riscos” que esse alvo oferece, momento no qual a população é chamada a reagir. Surge, então, um pânico mais ou menos generalizado. Nesse contexto, o alvo do momento é a “ideologia de gênero”.

Os autores supracitados assinalam como o pânico em torno do gênero se instaurou no contexto brasileiro e de outros países latino-americanos. A atuação da frente política alinhada à esquerda, que trouxe à cena pública o – necessário – debate sobre os direitos da mulher e das demais minorias sexuais e propuseram políticas públicas que toquem a estes temas, é fator central. Isso ainda coincidiu, de maneira mais ou menos acertada,<sup>57</sup> com eleições que colocaram o poder, mulheres e homens que levantam bandeiras favoráveis em torno destas temáticas – da violência contra a mulher, da pauta LGBT e da ampliação de políticas públicas que combatam o preconceito e a violação de direitos.<sup>58</sup> Atrelado a isso, mas não necessariamente em consequência, atores

---

<sup>56</sup> Excerto das notas de aula da disciplina *Antropologia das Emoções*, ministrada entre julho e dezembro de 2018 na Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>57</sup> Esse apontamento se faz necessário uma vez que nem todos os atores associados a partidos de esquerda defendem a causa LGBT e outros temas da ordem do dia, como o direito ao aborto e a adoção de crianças por casais LGBT.

<sup>58</sup> Isso não quer dizer, no entanto, que os sujeitos que entram em desacordo para com essa pauta sejam favoráveis a tais violações e violências. O discurso, se assim posso assinalar, passa pela ideia da necessidade de se abordar a violência como um todo, sem “diferenciação”. As colocações progressistas são consideradas, sob certo prisma, como reinvidicações de “privilégios”.

sociais alinhados politicamente à direita empreenderam um esforço no combate às ações progressistas, buscando deslegitimar as conquistas dessa parcela da população.<sup>59</sup>

Entendo que o conceito de “cismogênese” de Bateson (2008) nos ajuda a pensar sobre isso. O antropólogo americano definiu essa expressão como “um processo de diferenciação nas normas de comportamento individual, resultante da interação cumulativa dos indivíduos” (BATESON, 2008: 223), tendo desenvolvido essa conceitualização a partir de sua etnografia entre os Iatmul, um povo tradicional da Papua Nova Guiné. Ele evidenciou como os atores sociais desse grupo diferenciam-se a partir de seu *ethos* entre os afazeres e os modos de comportamento de homens e mulheres.

Considerando as “reações dos indivíduos às reações de outros indivíduos”, expressão que ele busca abandonar, Bateson (2008: 223) assinala que as relações, ainda que postas em um plano social, implicam também na interação de sujeitos, e que estas podem mudar ao longo do tempo mesmo sem qualquer interferência de ordem externa. Trata-se de considerar não apenas as ações de um primeiro sujeito em relação a um segundo, mas de compreender o comportamento do segundo a partir disso e seus efeitos sobre o primeiro. Ele diferencia, então, a cismogênese entre duas categorias: ‘complementar’ e ‘simétrica’. A primeira, privilegiando comportamentos diferentes, sobre a qual ele diz:

Muitos sistemas de relacionamento, seja entre indivíduos, seja entre grupos de indivíduos, contêm uma tendência para a mudança progressiva. Se, por exemplo, um dos padrões de comportamento cultural, considerado apropriado no indivíduo A, é culturalmente rotulado de padrão assertivo, enquanto de B se espera que responda a isso com o que é culturalmente visto como submissão, é provável que esta submissão encoraje uma nova asserção, e que essa asserção vá requerer ainda mais submissão. Temos então um estado de coisas potencialmente progressivo, e, a não ser que outros fatores estejam presentes para controlar os excessos de comportamento assertivo ou submisso, A precisará necessariamente tornar-se mais e mais assertivo, e B se tornará mais e mais submisso; e essa mudança progressiva

---

<sup>59</sup> Assinalo, ainda, que as definições de ‘esquerda’ e ‘direita’ não são bem claras. No contexto brasileiro, no entanto, a partir do notório combate à ditadura militar (1964-1985), a esquerda ficou conhecida pela defesa dos direitos humanos, alinhando-se a perspectivas progressistas. A direita, por sua vez, se vincula, na maioria das vezes, a um discurso conservador.

ocorrerá, sejam A e B indivíduos separados ou membros de grupos complementares. (BATESON, 2008: 223)

A segunda, a partir de comportamentos iguais – miméticos ou aproximados. Em relação a esses, ele afirma:

(...) há um outro padrão de relacionamento entre indivíduos ou grupos de indivíduos que contém igualmente os germes da mudança progressiva. Se, por exemplo, encontramos a bazófia como padrão cultural de comportamento em um grupo, e o outro grupo responde a isso com mais bazófia, uma situação competitiva pode se desenvolver na qual a bazófia leva a mais bazófia, e assim por diante. Esse tipo de mudança progressiva pode ser chamado cismogênese simétrica. (BATESON, 2008: 223-224)<sup>60</sup>

Se analisarmos as ações/reações e comportamentos dos “grupos” políticos nacionais – da esquerda e da direita – podemos lê-los, ou entendê-los, a partir da ‘cismogênese complementar’. Ambas as alas buscam se diferenciar a partir de ações similares: conflito público, pleitos legislativos, legitimação de discursos e atuação nos trâmites legais e burocráticos do Estado. Cada qual, no entanto, ocupa um lugar diferenciado na rede política brasileira, com alinhamentos específicos e opiniões/posicionamentos que, muitas vezes, podem ser antagônicos.

Retomando um exemplo anterior, sobre o projeto “Escola Livre” formulado por deputados estaduais de Goiás, podemos constatar e evidenciar que: por um lado, frentes da esquerda alinhadas à pauta do movimento feminista e LGBT no Estado – como em todo o Brasil – ganharam algumas lutas, trazendo visibilidade a esses grupos e pleiteando políticas públicas. Ao mesmo tempo, a frente de direita, a partir do mesmo processo, buscou aprovar a PL mencionada, o que conseguiu. Seguidamente houve reações de movimentos sociais e de políticos que, junto ao poder jurídico conseguiram vetar o PL. Realizando o mesmo jogo – com o poder jurídico – partidos de direitas conseguiram derrubar o veto. Até que, através de um Ministro do STF, a PL foi suspensa por ser

---

<sup>60</sup> Bateson (2008: 224) ainda realiza outra exemplificação: “a diferença entre cismogênese complementar e simétrica é estreitamente análoga àquela entre cisma e heresia, em que heresia é o termo para a separação de uma seita religiosa na qual o grupo divergente mantém doutrinas antagônicas àquelas do grupo original, e cisma, o termo usado para a separação de uma seita quando os dois grupos resultantes têm a mesma doutrina, mas se distinguem e competem politicamente. Apesar disso, usei o termo cismogênese para os dois tipos de fenômeno”.

considerada inconstitucional. Destaco, portanto, os processos cismogénicos complementares que ocorrem entre esses dois grupos e os sujeitos que os integram.

Em *Família, moralidade e religião*, Duarte (2009) realiza uma leitura conceitual similar ao falar do gerenciamento do ‘ethos privado’ no contexto de famílias de classe média. Tal incurso ao nível micropolítico desses embates – que, como assinali no início dessa monografia, não está separado do macrossocial – é o que busco explorar no próximo capítulo.

### 3. CAPÍTULO III

#### MICROPOLÍTICAS EM FAMÍLIA: emoções, cismogêneses e outras disputas

“Hoje eu não sinto ódio, mas não esqueço tudo o que aconteceu comigo.”

Leona<sup>61</sup>

A visibilidade que a comunidade LGBT experimentou – e ainda experimenta – nas últimas décadas não tiveram reverberações apenas no âmbito político nacional, mas também nos cenários locais. Aliás, me pergunto se foi, de fato, essa evidência global que intensificou – ou reconfigurou – as relações micropolíticas, ou se estas configurações já existiam na rede de relações nucleares e apenas ganharam foco maior da produção acadêmica e científica nos últimos anos?<sup>62</sup>

Independentemente da resposta à essa pergunta, o fato é que o ‘gênero’, a ‘sexualidade’ e, claro, a ‘família’, estão na ordem do dia nas discussões políticas e sociais contemporâneas. Essas discussões, contudo, não ficam apenas nos âmbitos político e legislativo – como explorado no capítulo anterior – mas fazem parte, de maneiras mais ou menos evidentes, das experiências vivenciadas por pessoas LGBT em suas “vidas vividas”<sup>63</sup>. Possíveis exemplos estão presentes em alguns relatos de meus interlocutores, como o momento em que ocorre um beijo gay na novela *das oito*, ou quando uma personalidade transexual se apresenta em um programa de auditório em um domingo à tarde.

Uma possibilidade é pensar a forma como a recente controvérsia sobre “ideologia de gênero” realçou os olhares à sujeitos LGBT – e mesmo em relação à heterossexuais – que não se encaixam nos padrões sociais de gênero, como travestis, transexuais, lésbicas

---

<sup>61</sup> Ainda sentados em sua sala, Leona faz esse relato no momento em que rememora falas de uma de suas irmãs que busca reiterar seus laços de sangue.

<sup>62</sup> Ressalto que mesmo na produção acadêmica essa questão foi abarcada, como no estudo pioneiro de Guimarães (2004). A antropóloga explorou, em *O homossexual visto por entendidos*, as histórias de vida de alguns interlocutores homossexuais que saíram de Minas Gerais e foram para a capital carioca de forma a experienciarem sua orientação sexual. Ela ainda considerou em seu estudo as relações entre eles e suas famílias de origem.

<sup>63</sup> *Etnografia não é método*, Peirano (2014).

masculinas, gays afeminados e quaisquer outras e outros que não estejam alinhadas para com a “presunção da heterossexualidade”<sup>64</sup>. Longe de vincular tais situações ao macrossocial, o que busquei é explorar a maneira como elas – e outras cenas – apareceram nas histórias de vida de alguns de meus interlocutores, empenho que realizei a partir da perspectiva da antropologia das emoções.

Como exploram Rezende e Coelho (2010), as emoções atualizam no micropolítico questões que se dão em outra ordem, a partir da contestação de hierarquias sociais definidas e – até sua contestação – aceitas.<sup>65</sup> Nessa óptica as emoções perdem seu viés unicamente biológico. Não se trata, portanto, de reiterar sua biologização ou de considerá-las universais. Trata-se justamente do contrário, de “tornar visíveis coisas que para nós são tão naturais que se tornaram invisíveis” (DESPRET, 2011: 30). Sobre tais contestações, Clark (1997) explora as ideias de ‘status’ e ‘lugar’, onde o primeiro é mais rígido e menos passível de alterações e o segundo é instável. Termos que trouxe aqui de maneira a nos ajudar a refletir sobre algumas situações. O momento de revelação da identidade LGBT, a expulsão de casa que se concretiza ou permanece como ameaça e situações de possíveis conflitos que são amenizadas sob a fala de que, apesar dos pesares, “está tudo bem”, são alguns dos exemplos analisados a partir do material coletado.

Conheci minhas interlocutoras e interlocutor em diferentes circunstâncias ao longo da pesquisa de campo – campo multissituado, se posso, assim, realizar analogia para com o percurso desse empreendimento etnográfico. Conheci uma delas nos eventos promovidos pelo Cellos. Outra, através de contatos na UFMG e o terceiro, com quem tive breve contato anterior por meio de uma rede social, me aproximei efetivamente a partir da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte em julho de 2017. Os contextos nos quais cada uma de suas histórias de vida se inserem são diversificados. Leona é atuante no movimento LGBT, sendo bastante conhecida na região metropolitana de Belo Horizonte. Cristina e Dionny ainda vivem com os pais, frequentando um ou outro evento de movimentos organizados.

---

<sup>64</sup> Termo tomado de empréstimo da obra *Problemas de gênero*, de Butler (2003, b).

<sup>65</sup> Questão amplamente discutida com meu orientador.

Ainda que todos residam atualmente em Belo Horizonte, suas histórias de vida percorrem diversos campos geográficos. Uma delas não é natural da capital mineira e, mesmo em relação aos nascidos aqui, suas falas abarcam outros territórios – como as cidades da região metropolitana. Assinalo que, ainda que tais relatos se circunscrevam dentro de uma localidade particular e que sejam oriundos de sujeitos singulares que os emitiram em momentos e tempos específicos, talvez, possamos aprender e apreender algo com esses discursos. Uma possível projeção não visa, contudo, dar conta da realidade, mas perceber ‘alegorias’<sup>66</sup> dessas situações a fim de que elas possibilitem reflexões sobre algumas ‘expectativas de poder’<sup>67</sup> que podem se apresentar na ‘família’ em um possível cenário mais abrangente.

3.1. “NA MINHA CASA, NÃO”:  
Leona, Cristina, Dionny e suas histórias de vida

“Quais compromissos, obrigações e relações de troca podem estar em jogo, na ‘aceitação’ ou ‘não-aceitação’ de um membro da família (...)?”

**Leandro de Oliveira**  
(2013: 101)

Em muitos dos contextos familiares de pessoas que aderem a identidades LGBT, frases similares a “não minha casa, não” são, especulo a certo nível, bastante recorrentes. Nesse caso, a frase foi proferida pela mãe de Cristina no momento em que a filha revela sua orientação sexual. Como a mãe havia momentos antes defendido perante parte da família uma pessoa lésbica, minha interlocutora decidiu contar pensando que ela não “teria maiores problemas” em aceitá-la. Contudo, a indignação da mãe, seguida de um retruco da filha, apareceu junto da afirmação: “na minha casa, não”.

Muitas vezes, como explora Oliveira (2013), o jogo de aceitação ou não-aceitação de um membro da família que assume uma identidade LGBT pode envolver motivações

---

<sup>66</sup> *A experiência etnográfica*, Clifford (2018).

<sup>67</sup> *Fantasia de poder e fantasia de identidade*, Moore (2000).

distintas. Alguém pode não aceitar um ente transexual sob justificativas de que ela ou ele irá “envergonhar a família”. Uma tia pode aceitar uma sobrinha lésbica, defendê-la diante da família e mesmo acolhê-la em sua casa. Contudo, trata-se de uma relação onde ela não é, efetivamente, a mãe. Ou, então, uma mãe pode aceitar o filho sob discursos de que, embora gay, ele é uma pessoa maravilhosa que sempre trabalhou e quem sempre a ajudou nos afazeres de casa.

Evidencio que as configurações são diversas, de maneira que não é meu objetivo esgotar a pluralidade das experiências com essa monografia. Ao contrário. Justamente como forma de explorar diferentes arranjos, que trouxe aqui as falas dessas 2 interlocutoras e desse interlocutor. Leona, Cristina e Dionny, ainda que singulares, dentro da miríade plural abarcada sob a sigla LGBT, podem apresentar histórias similares a tantos outros que vivem, cada qual, suas próprias particularidades.

### 3.1.1. “Marcada para o resto da vida”: família, afastamento e conflito na trajetória de uma travesti

Leona, uma senhora com pouco mais de 60 anos, travesti, heterossexual, branca, de classe popular e com ensino fundamental incompleto nasceu em outro Estado brasileiro, tendo mudado para Minas Gerais há cerca de 30 anos. É ativista do movimento LGBT conhecida na capital mineira e fora dela. A encontrei pela primeira vez em um dos eventos promovidos pelo Cellos durante a 4ª Jornada pela Cidadania LGBT, em junho de 2017. Em outra oportunidade troquei algumas palavras com ela em evento realizado na UFMG, mas sem maiores delongas, dado que outras pessoas disputavam sua atenção e ela logo se retirou do local. Essa espécie de assédio em algumas situações é comum, mas ressalto sua educação em tratar com pessoas LGBT, jornalistas, pesquisadores e outros que solicitem uma conversa ou entrevista para o jornal ou alguma pesquisa.

Viajei para realização de intercâmbio logo após esses eventos do Cellos, contudo, me mantive ativo nessa rede de relações por intermédio do *Facebook* e do grupo oficial da organização no *WhatsApp*. Retomei o contato com Leona por uma rede social no mês

seguinte ao meu retorno ao Brasil, em maio de 2018. Conteí um pouco sobre a pesquisa de iniciação científica da qual era bolsista e a convidei a participar, convite aceito prontamente. Ela estava com a agenda apertada, então marcamos a entrevista para o início de junho, momento no qual ela sugere que a “conversa” – como ela diz – seja em sua própria casa.

Na véspera da data marcada confirmei a realização da visita e da entrevista. Ela me respondeu que estaria me aguardando. No dia seguinte, antes de pegar um *Uber* para chegar a sua casa, passei na padaria e comprei um bolo para tomarmos café ao final da conversa. Pouco antes de chegar ao local informei via *WhatsApp* que já me encontrava no início de sua rua, de maneira que, ao acertar o pagamento com o motorista ela já estava abrindo o portão. Era uma casa simples com vários cachorros, onde Leona aluga quartos para “suas *meninas*”. Elas, as *meninas*, muitas vezes são jovens travestis e transexuais que foram expulsas de casa ou sofreram outro tipo de violência. As relações que se dão são bastante complexas, e embora não explore isso a fundo aqui, destaco que Leona aluga esses quartos por um valor mais baixo, de maneira a ajudá-las e de forma a ter alguma fonte de renda. Ela ainda auxilia suas *meninas* – indiretamente – na *batalha*<sup>68</sup> e diretamente, quando possível, a “conseguir algum emprego com carteira assinada” – usando sua influência e seus contatos para isso.

Naquele dia havia apenas duas *meninas* em sua residência, quais Leona me apresentou quando uma delas veio perguntar sobre algumas roupas que estava lavando. Ela levou o bolo para a cozinha. Em seguida, Leona disse que eu podia me sentar no sofá – improvisado com uma cama – enquanto ela se sentou na cadeira de escritório em frente a seu computador. Me perguntou se me importava dela fumar e, obviamente, respondi que não tinha problema algum.

Ressalto que, o que pretendi a partir daqui, nessa escrita, não apenas para o caso de Leona mas para as histórias de vida de Cristina e Dionny, foi inspirado na exegese que Das (2011) realiza em seu texto *O ato de testemunhar*. A autora, a partir de um excerto

---

<sup>68</sup> *Batalhar* entre travestis e transexuais significa se prostituir. Digo “indiretamente” pois, ainda que já tenha tido uma pensão cujo foco era esse na cidade, há anos Leona não trabalha mais com isso. No entanto, sempre que alguma de suas *meninas* enfrenta problemas no ofício de *batalhar* ela as ajuda – como quando uma delas sofre agressões ou é presa.

da fala de uma de suas interlocutoras na Índia, faz uma longa exploração de informações que se vinculam ao relato, as quais teve acesso durante sua pesquisa em campo e por meio de outras conversas. Trata-se, no entanto, de uma inspiração, uma vez que acrescentei outros fragmentos de fala. Contudo, assim como a antropóloga mencionada, abordei ainda outras passagens que não estão transcritas nessa monografia, falas que me foram feitas fora da entrevista e em outros momentos que não aquele dispensado para a realização desta.

\* \* \*

A conversa já corria há algum tempo, não sei bem ao certo. O gravador marcava pouco mais de 15 minutos, contudo, muito conversamos antes do início da entrevista propriamente dita. Ainda estávamos sentados na sala. Leona fala da época em que, com pouco menos de 20 anos de idade, voltou a morar em sua cidade natal depois de passar alguns anos em outro Estado brasileiro – após ser expulsa de casa pela mãe aos 12 anos. Ela lembra, nesse momento, sobre os contatos iniciais para com sua família de origem depois desse tempo distante.

(fragmento 1)

**Leona** Eu fiquei muito tempo sem dar notícias, uns 3 ou 4 anos. Pessoal até achou que tinha morrido. Um dia apareceu uma carta aonde eu estava morando e ficou circulando pela *zona*<sup>69</sup>. Estava com meu nome biológico e ninguém me conhecia por aquele nome. Mas a carta era do meu Estado natal, então sabendo que vinha daquele Estado as meninas acabaram me entregando. Era da minha família, diziam que estavam preocupados, essas coisas. Fui atrás de um telefone, mas era algo muito caro, tanto que em casa ninguém tinha um, era uma vizinha quem tinha. Retomei o contato assim, falei com minhas irmãs. Quando eu voltei a morar na minha cidade não voltei a morar com minha família, com ela nunca mais eu morei. Eu morava sempre com pessoas conhecidas. Quando eu voltei minha mãe não falava comigo do mesmo jeito. Se eu passasse em uma rua ela mudava de calçada, atravessava para o outro lado. Quando ela estava perto de morrer que houve algumas conversas. Mas me *dou* com todos os meus irmãos. Já vieram aqui, ficaram em hotel no centro, levei eles para sair. Então tenho relações com todas elas, ligo, tenho elas no *Facebook*.

---

<sup>69</sup> O termo *zona* refere-se ao bordel onde Leona trabalhava nessa época.

- Thiago** Mas houve reaproximação na época em que você voltou?
- Leona** Sim. É, porque a gente vive em um bairro onde mora todo mundo perto, e tem uma irmã que eu nunca deixei de falar com ela. A gente sempre se *deu*. Passava na janela da casa dela, a gente conversava. Na época meu cunhado era muito [faz uma expressão facial de desdém] comigo, porque eu marginal, travesti. Hoje ele diz que sente orgulho, hoje [diz ela em tom de ironia] todo mundo tem orgulho de mim não é? Hoje eu não sinto ódio mas não esqueço tudo o que aconteceu comigo. É uma marca, você fica marcada para o resto da vida.

Leona decorre, provavelmente em função da minha pergunta e daquilo que disse que buscava estudar, sobre como “a vida de uma travesti é difícil”. Violências, expulsão de casa e a perda são recorrentes nos discursos que me possibilitou acesso nessa entrevista. Considerando o fragmento 1, minha interlocutora “ficou anos sem dar notícias” pois foi expulsa de casa aos 12 anos. Desde os 6, no entanto, ela já enfrentava “problemas” em família. Ela nunca se identificou para com seu irmão, enxergando-se como semelhante a suas irmãs, roubando roupas, calcinhas e adereços delas para seu próprio uso.<sup>70</sup>

Situações de conflito foram se sucedendo, especialmente para com sua mãe. Após um tempo vivendo com uma tia, fora devolvida ao núcleo familiar após o tio informar que ela vinha apresentando comportamentos estranhos e inadequados. Com o passar dos anos cada vez mais a situação foi se tornando “pior”. Ela dizia que era uma menina como suas irmãs, continuava a vestir as roupas delas e a enfrentar conflitos com os pais. Com isso, aos 12 anos foi expulsa da residência. Viveu na rua por quase um ano, até mudar-se para uma cidade em outro Estado brasileiro. Nesse período *batalhou* em alguns lugares e, após o recebimento da carta que mencionou, volta a fazer contato com algumas – em especial uma – das irmãs.

Leona não se prolongou em sua cidade natal quando retornou. Após alguns anos, acabou indo para o interior de Minas Gerais a trabalho. Em seguida muda-se para a capital mineira. Nesse período, ela chegou a administrar uma pensão com cerca de 20

---

<sup>70</sup> Uso o pronome feminino, “ela”, em respeito à identidade de gênero de Leona, contudo, em sua fala, ao abordar as situações dessa época ela se refere a si mesmo usando o pronome masculino, “ele”.

*meninas* – onde quase todas *batalhavam*. Ela relata como, desde essa época, ajudava “suas *meninas*” frente a situações de violências e em conflito com a polícia. Posteriormente ela se estabeleceu como dona de uma pensão menor, tendo também alguns apartamentos alugados como fonte de renda – o que perdura até os dias de hoje. Ela relata que iniciou sua atuação no movimento LGBT de Minas Gerais através do contato que estabeleceu para com um dos líderes do movimento, quem a ajudou à época a solucionar alguns problemas que teve com a polícia.

“Mas me dou com todos os meus irmãos. Já vieram aqui, ficaram em hotel no centro, levei eles para sair. Então tenho relações com todas elas, ligo, tenho elas no *Facebook*”. Leona não cortou totalmente as relações para com sua família de origem e, embora as relações sejam conflituosas, relata proximidade para com uma de suas irmãs. No entanto, mesmo com este membro familiar surgem alguns enfrentamentos. Quando alguma sobrinha ou sobrinho vem visitá-la, por exemplo, ela não gosta que eles permaneçam por muito tempo. Não porque não se afeiçoe a eles, mas qualquer ação deles que a mãe ou o pai reprove e, por ventura, venham a descobrir, acaba sendo considerada como influência de Leona.

“(…) Hoje [diz ela em tom de ironia] todo mundo tem orgulho de mim não é?”. Ela, que hoje é figura conhecida pela defesa dos direitos das pessoas LGBT, especialmente pela defesa que faz de travestis e transexuais – a letra mais sofrida da sigla, como menciona –, tem visibilidade, prestígio e aparece em diversos meios de comunicação. Contudo, ainda que seus familiares – de sangue – afirmem seu orgulho, ela não deixa de apontar a mágoa que sente em relação a eles devido ao passado. Insisti nesse assunto com ela.

(fragmento 2)

- Thiago**            Como é para você eles dizerem hoje que tem orgulho?
- Leona**            Família nenhuma está preparada para ter uma pessoa *trans*, estão para ter um gay, uma lésbica porque é um homem e uma mulher. Um gay é um homem que gosta de um homem, e uma lésbica é uma mulher que gosta de mulher. A *trans* não cabe nessas caixinhas, a partir do momento que você muda seu corpo você vai além de uma barreira, você é considerada pecadora, é vista como símbolo de sexo, você vai contra toda a sociedade. [...] A travesti além de construir seu próprio corpo

ela constrói sua família, pois ela conhece outras pessoas, os amigos, que são mais família que a própria família. E eu fui construindo a minha por aí, na favela, em outros lugares [...]. Hoje minha irmã fala para mim: “sua família é a gente”, mas quem sabe disso sou eu! Porque na hora em que eu precisei [pausa na fala]. Tem certas coisas que eu não gosto nem de lembrar. É muito triste você estar nas ruas e você chegar na casa das pessoas para comer! Sabe?! Para dormir! [Leona chora nesse momento]. Eu prefiro não falar sobre isso.

Esse excerto da fala de Leona nos possibilita refletir sobre alguns pontos – quais ainda retomarei na sessão 3.2 desse capítulo. “Família nenhuma está preparada para ter uma pessoa *trans*”, nos remete diretamente à questão do gênero, que se encontra em maior evidência na atualidade. Butler (2003, b) constata e formula teoricamente essas experiências da vida vivida. A presunção da heterossexualidade, ainda que tenha sido discutida sob diversas perspectivas na acadêmica e no movimento organizado, se encontra em operação no contexto relacional e de vivência das pessoas LGBT. Uma leitura possível dessa questão implica na relação entre gênero e expectativa. Quando ocorre a não conformidade do agir e do ser diante das expectativas sociais sobre o gênero de nascimento, ao menos no nível da visibilidade, o conflito se torna maior. Daí a fala de Leona sobre o entendimento social do que é o homem gay e a mulher lésbica. Isso pode ser pensado como um atrelamento da identidade de gênero ao corpo biológico e – como ressalta Judith Butler – ao sexo. A pessoa trans, no entanto, foge dessas categorizações.

Leona ainda coloca em cheque a construção biológica do parentesco, momento em que expressa algumas emoções: o choro ao falar da expulsão, a feição brava ao contestar, para mim, a fala da irmã. O interessante é notar como ela lida com essas ‘emoções’. Posso me perguntar se o trabalho do tempo do qual nos fala Das (2011) não tem efeitos sobre minha interlocutora. Seu sofrimento, qual poderia categorizar como estando no limite do dizível, é amenizado por sua trajetória, pelas relações que construiu nesse percurso e por seu atual estabelecimento – daí o fato das relações não terem sido cortadas totalmente e, daí também, sua fala sobre não ter ódio, mas ‘mágoa’. O tempo e o afastamento mudaram aquilo que ela sentia. Este apontamento, quanto a amenização de seu sofrimento, no entanto, não se faz totalmente verdadeiro a depender de suas memórias. Ela diz que prefere não falar sobre a época em que passou fome,

momento de nossa entrevista onde chora de maneira contida. Ação – de chorar – que viria a ocorrer mais uma vez em minha visita, na situação que se segue.

Leona me contou que, recentemente, as irmãs estavam repensando o que fazer com o apartamento que todos herdaram após o falecimento da mãe. Atualmente moram nele seu irmão e o filho dele. Cogitaram a venda, de maneira que cada um recebesse uma parte do dinheiro. Após algum tempo de negociações e conversas a despeito do destino do imóvel, a irmã ligou para ela e informou que decidiram não vender, afinal, “não podemos expulsar nosso irmão e colocar ele na rua”. Leona reitera: “concordo totalmente, deixe ele morando lá. Expulsar nosso irmão querido não podemos, mas a irmã travesti a gente pode, não é?”<sup>71</sup>.

Trazer esse evento de sua vida que se liga também à história da irmã – que tinha pouco menos de 20 anos na época da expulsão de Leona – pode ser lido como uma forma de evidenciar o conflito. Ainda pode ser pensado como ‘liminar’ da passagem de uma fala que ameniza certas situações, “não tenho ódio, mas mágoa”, para uma fala que traz o evento novamente à tona, “expulsar [...] a irmã travesti a gente pode”. Algo que certamente não foi esquecido, mas que é posto em falas e cenas específicas, a depender da situação. Como ela lembra em várias passagens de sua entrevista, no tocante às violências físicas e verbais que sofreu: “a gente nunca esquece”.

3.1.2. “Para ele ainda é um pouco complicado. (...) [Mas] estou satisfeita”:  
revelação, tempo e transformação na trajetória de uma lésbica

Cristina, 22 anos, mulher cisgênero, lésbica, branca, de classe média com curso superior completo, cursando sua segunda graduação na área de humanas, nasceu e reside na região metropolitana de Belo Horizonte. Embora não seja literalmente ativista do movimento LGBT, ela possui um discurso extremamente politizado e conseguiu determinada visibilidade no *Facebook* por seus comentários políticos durante eleições em sua cidade, chegando a ser convidada a dar opiniões públicas a alguns veículos de comunicação. A conheci através de um grupo de *WhatsApp* dedicado a estudantes

---

<sup>71</sup> O irmão de Leona mencionado é heterossexual cisgênero.

universitários da UFMG que realizariam intercâmbio. Como iríamos para mesma instituição, acabamos nos aproximando e morando juntos – com outros colegas – nesse período de nossas vidas.

A conheci pessoalmente apenas em nossa chegada na cidade de destino, tendo morado com ela por 6 meses. Em sua cidade natal, Cristina reside com sua mãe, seu pai, seu irmão 4 anos mais novo e sua irmã – poucos anos mais velha –, estando em um relacionamento afetivo com outra mulher, Marcela, há mais de 5 anos. Por essa configuração e pela nossa proximidade durante o intercâmbio que, ainda na viagem, falei com ela sobre a pesquisa de iniciação científica da qual era bolsista e a convidei a participar. Já de volta à Belo Horizonte, entre os compromissos rotineiros, em um de nossos encontros nos corredores da universidade, a lembrei da pesquisa e pedi que me concedesse uma entrevista. Ela estava um pouco atarefada devido às últimas matérias e se preparando para sua formação na graduação, mas passadas algumas semanas agendamos o encontro na própria universidade. Nos encontraríamos na cantina da faculdade e iríamos para uma sala de aula vazia, contudo, como estava conversando com meu orientador no momento da chegada de Cristina, ele acabou perguntando se poderia acompanhar a conversa. A entrevistada não se opôs – já o conhecendo por nome devido a nossas conversas durante o período em que moramos juntos. Subimos, portanto, até a sala de Leandro, onde a entrevista ocorreu.

\* \* \*

Estávamos sentados, Leandro, Cristina e eu em torno da mesa de meu orientador, em seu gabinete. Pedi a interlocutora que explorasse um pouco a história de sua vida, especialmente no tocante à sua orientação sexual e seu posicionamento como mulher lésbica. A certo momento ela aborda sua cena de revelação, ocorrida nas vésperas de ano novo.

(fragmento 3)

**Cristina** Foi em 2013 antes de entrar na universidade enquanto eu namorava minha ex-namorada que eu me assumi para os meus pais, na verdade em outubro de 2012 eu tive minha primeira experiência sexual e em janeiro de 2013 depois de um discurso que a minha mãe fez com as minhas tias preparando o jantar

de réveillon, que decidi me assumir. Minha mãe estava discursando com algumas tias, uma delas tem uma filha que é mais velha que eu, uma prima que todo mundo sabe que é lésbica, mas ninguém da família falava sobre isso, o um discurso sobre ela é velado e minha mãe sabia. Minha mãe fez um discurso sobre essa minha prima, sobre aceitação, “cada um é de um jeito, está certo, temos que deixar, que aceitar”, como eu namorava desde outubro eu achava que minha mãe estava dizendo isso para mim porque talvez ela já soubesse e estava me dando um sinal. Encorajada sobre o discurso dela, mais tarde no quarto, falei que estava namorando e a minha mãe demonstrou surpresa, falei que estava namorando uma mulher, mas ela achou um absurdo e disse que eu estava ficando doida que isso não era possível. Aí eu a questionei porque ela estava falando da minha prima, como assim ela tinha mudado de opinião, e ela disse: “dentro da minha casa, não”, aí eu falei que ela estava sendo hipócrita, ela disse que poderia chamar do que quiser e se ela pudesse me colocaria dentro de um ônibus e “te mandava pra bem longe pra você pensar sobre isso”, mas que ela só não faria isso porque faltavam 12 dias para a prova da UFMG, e que eu precisava estar aqui. Ela perguntou quem era a minha namorada, eu falei que era a menina que vem aqui em casa, ela ficou super incomodada dela conhecer essa pessoa e frequentar a minha casa na condição de amiga, mas quando disse que era a minha namorada as coisas mudaram, ela me propôs que eu terminasse o namoro, aí ela me questionou sobre eu ter falado que tinha ficado com um rapaz, mas eu falava mesmo para encobrir, passados alguns dias dessa revelação eu pedi à ela que não falasse para nenhum familiar, nem mesmo com a minha irmã que tem uma proximidade e uma influência muito grande sobre a minha mãe, mas que ela não falasse com ninguém. Depois de alguns dias ela me perguntou e disse que havia terminado e me fechei muito, estava visivelmente triste e escondi isso, mas continuei namorando às escondidas ainda, mas que agora que eu tinha revelado, eu tinha que fazer um esforço maior em esconder, não podia mostra nem que aquela amiga ainda era amiga. Meu irmão sempre soube, foi a primeira pessoa a saber, tenho uma relação muito boa com ela e me cobria para eu encontrar com ela, dizia que ia sair comigo, essas coisas, mas um dia ela ficou cansado de ter de mentir por causa disso e me disse para não contar mais com ele não.

Cristina tomou a fala da mãe em defesa da prima lésbica como um indicativo. O discurso de ‘aceitação’ frente às queixas das demais tias da jovem foi entendido, se assim posso ler, de dupla maneira: primeiro, como evidência de que a mãe não teria maiores problemas para aceitar uma filha homossexual. Segundo, como possível assinalamento de que ela já desconfiava de sua orientação sexual. Daí o apontamento da interlocutora:

“minha mãe estava dizendo isso para mim porque talvez ela já soubesse e estava me dando um sinal”.

A reação de espanto da mãe, com a subsequente réplica da filha, traz para cena a já comentada fala: “dentro da minha casa, não”. É interessante notar como Cristina questiona o ‘lugar’ qual ocupa. Ela não aceita o discurso que ouviu e afirma que a mãe “está sendo hipócrita”. Essas respostas são, com base em Clark (1997), formas sutis de se deslocar e não aceitar o papel social que lhe foi atribuído. Na minha interpretação, Cristina renega o lugar subalterno no qual foi colocada a partir do momento em que revelou que é lésbica. A orientação sexual, para ela, não é um fator depreciativo, daí sua reação diante das falas da mãe. Reação, de enfrentamento, que viria a ocorrer novamente em outro momento, quando ela foi “chutada para fora do armário”.

(fragmento 4)

**Cristina** Um dia eu esqueci meu Facebook aberto no computador lá de casa e minha mãe viu, na verdade ela invadiu minha privacidade, mas ela viu, ela leu minhas mensagens e descobriu que eu ainda estava namorando. Ela me ligou, eu não estava em casa, perguntou onde eu estava e me mandou ir para casa. Nesse dia que minha mãe redescobriu, ela aprontou uma bagunça em casa, e entendo, ela não deve ter gostado das coisas que leu, afinal, eram coisas íntimas, ela me questionou e eu afirmei que estava namorando mesmo, que não tinha terminado. Meu pai e meu irmão estavam em casa, meu pai estava na sala, ouviu e veio ver o que estava acontecendo, disse que aquilo era um absurdo, depois meu pai ficou na sala chorando, foi para o quarto depois, dizia que aquilo estava errado e que na bíblia isso era pecado, eu falava que desde quando amar uma pessoa seria pecado, me questionaram e reafirmei que estava namorando e que não havia terminado, fui para o quarto e me fechei. Depois minha irmã chegou, no meio daquela bagunça, falou com minha mãe. Ela veio falar comigo, ela foi a única que disse que estava tudo bem, mas eu sabia que no fundo ela tem um discurso super conservador. Meus pais disseram para que eu me consultasse com um psicólogo e depois do ocorrido eles me levaram e inclusive foi uma péssima experiência e nunca mais voltei e esses desdobramentos todos dessa relação tão difícil com meus pais, deles me chutarem do ‘armário’, fez com que o meu relacionamento desandasse um pouco, para além do fato dessa nova pessoa que eu conheci, de quem me aproximei mais ainda devido esse meu sair abrupto [do armário]. Hoje em dia a minha relação sobre isso com meus pais é muito boa, considerando minha mãe, o convívio e aceitação dos meus pais com minha namorada, não

consigo nem imaginar em ser melhor, mas em relação a mim quanto sujeito e quanto pessoa lésbica, enquanto mulher lésbica, para o meu pai ainda é um pouco complicado, nunca mais conversamos sobre isso, ela trata minha namorada super bem como uma filha mesmo; a minha mãe a trata igualmente, hoje sou assumida com foto e em redes sociais, minha família sabe mas foi um processo para levar isso para o restante da família, longo e gradual, mas hoje não me importo, levo ela a todo lugar.

No fragmento 4 a interlocutora relata os desdobramentos da noite em que a mãe viu seu *Facebook* aberto. “Redescobriu” aparece no excerto indicando a expectativa da mãe de que a filha realmente tivesse terminado o namoro e que não se encontrava mais com aquela menina ou outras. Com a briga, Cristina afirma ter sido “chutada para fora do armário” diante do restante da família. Segundo Sedgwick (2007), o armário funciona como dispositivo flexível de regulação da vida e da identidade, servindo, por vezes, ao ocultamento identitário – e não apenas para pessoas LGBT. Minha colaboradora, se pensarmos por esses termos, ainda que tivesse se revelado para a mãe, não queria, ao menos naquele momento, ‘sair do armário’ diante do restante de seu núcleo familiar. Ainda que no momento do escândalo protagonizado pela mãe tenha decorrido um conflito que envolveu o pai, o irmão e sua irmã, Cristina demonstra ressentimento não apenas com o fato dessa “expulsão”, mas também em relação à mãe ter contado para a irmã sobre sua sexualidade. Ela descobre esse fato ao vasculhar as redes sociais e e-mails da mãe – “ela fez comigo não é? Então fiz com ela também”.

“Depois minha irmã chegou, no meio daquela bagunça, falou com minha mãe. Ela veio falar comigo, foi a única que disse que estava tudo bem, mas eu sabia que no fundo ela tem um discurso super conservador”. Esse apontamento em relação à irmã nos convida a pensar em outras situações. Cristina reafirma diversas vezes como a irmã é “conservadora”. O mesmo ela diz em relação ao pai. Ainda que “as coisas tenham ficado diferentes” com o passar do tempo, aparece em sua fala novos indicativos de contestação. Hoje sua namorada frequenta sua casa e é tratada como “filha”, contudo, ainda sim estão presentes comentários e falas que a desagradam.

Um exemplo citado por ela, é quando Pablllo Vittar aparece em programas de televisão. O pai, especialmente se na presença de outro membro familiar – como um tio – se queixa da visibilidade da cantora.

**Cristina** Aconteceu uma vez quando meu padrinho estava na minha casa aí ele falou algo sobre a Pablo Vittar e os dois fizeram chacotas sobre isso, que agora esses “viadinhos” estão na TV, e meu pai concordando, “onde já se viu?”. E se estivesse sozinho ele talvez não iria falar nada, mas na frente das pessoas ele reforça isso, do meu lado e isso me incomoda, isso dói. Ou ser conivente e apoiar políticos que são declaradamente contra a comunidade LGBT de maneira geral.

Ainda que assinale a “dor” que sente ao presenciar a fala transfóbica do pai, Cristina dá ênfase positiva para suas relações recentes em família. Mesmo ocorrendo uma ou outra situação “desagradável”, ela afirma que “está tudo bem”. No meu entendimento a comparação inevitável entre as experiências de 5 anos atrás – quando foi proibida de namorar – e as vivenciadas de hoje – onde possui liberdade e sua companheira é bem-vinda – é um fator central no relato que Cristina faz de suas vivências.

Outro exemplo que corrobora minha interpretação pode ser identificado em sua fala sobre como foi o momento em que sua mãe a chama para conversar e questiona, curiosa, a forma como duas mulheres transam. A dúvida foi interpretada por Cristina como algo positivo, ainda que tenha ficado com vergonha de responder. Mas tratou-se, para ela, de um sinal evidente de transformação da relação. Agora, de acordo com ela, a mãe a “aceita”, tanto que aborda certos assuntos sobre os quais jamais conversariam se as experiências fossem as mesmas de 5 anos atrás.

### 3.1.3. “Ele disse para eu não chegar perto”: angústia, ameaça e expectativa na trajetória de um gay

Dionny, 21 anos, homem cisgênero, gay, “moreno”<sup>72</sup>, de classe popular, cursando graduação na área de biológicas, nasceu em Belo Horizonte. Vive atualmente com o pai, a mãe e uma irmã – ainda em tenra idade. Por ter passado boa parte de sua vida “escondendo” sua orientação sexual, nunca frequentou o movimento organizado ou suas

---

<sup>72</sup> Trata-se da maneira como o interlocutor se identifica.

ações antes de 2017, ano em que decidi acompanhar alguns amigos à Parada do Orgulho LGBT. Eu já havia conhecido ele através de aplicativo meses antes e chegamos a trocar *WhatsApp*, contudo, não nos falamos mais e nunca nos encontramos pessoalmente até então. Foi justamente no evento de 2017 que acabamos nos conhecendo. Alguns amigos e ele foram buscar camisinhas na barraca da saúde, na qual eu me encontrava como voluntário. A partir disso retomamos o contato.

Decidi convidar Dionny a participar da pesquisa após um acontecimento. No dia em que contou ao pai sobre sua orientação sexual e foi expulso de casa, ele me chamou no *Messenger* – aplicativo vinculado ao *Facebook* – querendo desabafar. Não pude oferecer um encontro presencial para que ele pudesse me contar, uma vez que eu estava em intercâmbio, contudo, ficamos horas conectados madrugada adentro conversando. Após meu retorno à Belo Horizonte e a configuração de novo vínculo para com a bolsa de iniciação científica, perguntei se ele gostaria de colaborar para com a pesquisa. Ele perguntou onde seria, afirmando que a UFMG era muito distante para ele. Sugeri, então, o café do Palácio das Artes, onde havia entrevistado outro interlocutor da pesquisa – Orlando, quem mencionei no capítulo 2. Dionny saiu do estágio no dia agendado e, ao invés de ir mais cedo para a universidade, foi me encontrar no local marcado.

\* \* \*

Estávamos no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Dionny e eu lidamos com um pequeno imprevisto. O local estava em reforma, de maneira que havia muito barulho. Sugeri que fôssemos para outro lugar, mas ele preferiu ficar ali uma vez que era próximo de seu ponto de ônibus. Sentamos, então, na mesa mais afastada de onde a reforma ocorria. Ele começou a falar como se deram seus dois momentos de revelação, o primeiro para a mãe e o segundo para o pai – embora já tenha comentado algumas coisas sobre o assunto comigo, pedi que ele me contasse novamente com mais detalhes.

Ele havia se envolvido com um rapaz, para quem tinha escrito uma carta falando de seus sentimentos e comentando momentos íntimos. De acordo com ele, a carta, que não tinha sido entregue ainda, apareceu em suas coisas dobrada de outra maneira que não a qual ele a deixou. A mãe começou a ficar quieta nos momentos em que dividia sua companhia na cozinha, na sala ou nos corredores da casa. Dionny logo imaginou que a

mãe tinha encontrado e lido aquilo que escreveu. Por uma semana nada foi dito, até que em uma tarde a mãe o chamou para conversar. O que se deu segue no fragmento 6.

(fragmento 6)

**Dionny** Minha mãe me disse: ‘quero te perguntar uma coisa muito séria e quero que você seja totalmente sincero em tudo que falar’. Eu disse ‘ok’. Ela me perguntou: ‘quem é Douglas?’. Douglas é o nome do rapaz para quem eu escrevi a carta. Respondi que era um amigo. Ela me perguntou qual a nossa relação, se éramos só amigos mesmo. Disse que não queria discutir a fundo essa questão e pedi que ela fosse mais objetiva. Ela me perguntou: ‘você é gay?’. Minha primeira negação foi negar, mas ela perguntou de novo. Eu neguei algumas vezes mas ela insistia. Me perguntei a razão de negar. Como ela já tinha lido a carta e como não havia motivo para negar acabei confirmando. E ela começou a chorar [...]. No meio do choro ela me perguntou se eu sabia que era uma coisa errada? Perguntei a razão de ser algo errado e ela começou a citar a bíblia. Disse que pessoas assim vão para o inferno e que enquanto ela vivesse ela iria orar para que eu saísse dessa vida. [...]. Não falamos mais disso, ela não comentou nada com meu pai e penso que ela preferiu acreditar que isso era só uma fase. Mas me senti mais leve sabe? Pensei, bom, um já foi. Não estou escondendo nada. Mas me veio a dúvida se ela poderia ter pensado que aquilo era só aquilo mesmo, que eu mudei pelas suas orações. Mas eu estava de consciência limpa, para ela eu disse! Não vou ter um sentimento a mais para ter de dar conta. Passou um tempo. Eu tive um relacionamento meio conturbado. Eu resolvi não levar adiante por eu não ser assumido, pois os pais do meu ex-namorado sabiam dele e sabiam que os meus pais não sabiam. Fiquei mal de eu levar aquilo escondido. Não me sentia muito bem com aquilo. Também não estava me sentindo bem com meus pais, pois eu vivia com eles, então eles tinham esperança de eu levar uma namorada, de ter filhos, essas coisas.

“Eu neguei algumas vezes mas ela insistia. Me perguntei a razão de negar. Como ela já tinha lido a carta e como não havia motivo para negar acabei confirmando”. Dionny me relatou algumas vezes sobre certa “angústia” que sentia ao esconder sua orientação sexual dos pais. Para expressar o que sentia ele usou frases como: “não era justo com eles”, “não é justo por causa das expectativas que eles têm”. Insisti com ela sobre essa questão.

(fragmento 7)

- Thiago** Eles comentavam isso contigo? Sobre essas expectativas?
- Dionny** Sim! Falava. Sempre. Eu comentava qualquer coisa, perguntava se ela achava mesmo que eu teria filhos um dia. Bom, mas me arrependi de ter terminado e resolvi falar com o Felipe, meu ex-namorado. Ele, no entanto, disse que não daríamos certo mesmo e, um dos pontos nos quais ele tocou foi esse. De que não daríamos certo por eu não ser assumido. Eu fiquei com isso na cabeça. Juntei a fome com a vontade de comer. Pensei, bom, realmente ele está certo. As coisas seriam mais fáceis se eu não me fechasse tanto e me abrisse com minha família. Além disso, seria justo com eles pois já estou com 20 anos, quase 21, e não é justo que eles fiquem com essas expectativas de que eu leve uma menina para casa. Qual seria a idade certa para contar? 30 anos?! Eu sabia que não seria algo fácil, que eles não me receberiam de braços abertos, mas não pensei que as coisas ficariam tão ruins.

Além disso, como aparece no fragmento 7, seu incômodo também estava atrelado à sua vida amorosa. Mas não apenas. Após nosso encontro na Parada LGBT de 2017 ele comentou que sua ida ao evento o fez refletir ainda mais sobre contar ou não para seus pais. Não fica totalmente claro para mim se esse sentimento de angústia e de necessidade de revelação está implicado mais em suas experiências ou ancorado na ideia de ‘sinceridade’ que ele aciona ao falar sobre seus pais: “tenho de ser sincero”.

O momento de revelação para sua mãe, embora tenha gerado um pequeno conflito, não acarretou maiores “consequências”, como ele mesmo diz. Porém, a revelação ao pai, que ocorreu cerca de 4 meses depois, tomou configurações diferentes. Como ele afirma, “sabia que não seria um mar de rosas, mas não pensei que seria tão ruim”.

(fragmento 8)

- Dionny** Eu aproveitei uma situação. Meu pai é mecânico, trabalha em uma mecânica no meu bairro, nas horas vagas, sábado e domingo, ele mexe com carros lá na garagem de casa mesmo. Então ele começou a fazer um serviço lá embaixo e me chamou para ajudá-lo. Nunca gostei mas fui. Eu aproveitei que

estávamos apenas nós dois, pois nunca fizemos nada juntos, de sair juntos como pai e filho, nunca. Saio só com amigos e quando muito com tios. Disse que depois que ele terminasse o trabalho eu precisava falar com ele. Ele parou e disse que eu poderia falar. Eu olhei para ele e disse: 'eu sou gay'. Ele deu um passo para trás, sabe quando você pega alguém no susto? Ele se assustou. Me perguntou se eu estava brincando e disse que não. Ele perguntou de novo e novamente disse que não. Os olhos deles encheram de lágrimas e disse que não acreditava que o único filho dele estava fazendo aquilo com ele, e começou a chorar. Bom, eu fui homem o suficiente para falar aquilo para ele então eu posso tomar a atitude e abraça-lo nesse momento. E fui em direção a ele para dar o abraço. Mas ele quis que eu me afastasse, disse para eu não chegar perto. Eu respeitei. Até porque ele é uma pessoa nervosa. Ele me perguntou como sabia que eu era gay e disse que era porque eu tinha atração e que já tinha ficado com homens. Disse a ele que não precisava chorar pois isso não era uma doença. Ele discordou de mim, me questionou: 'como não?!'. E me mandou subir, ele disse que terminava o trabalho sozinho. Foi o que fiz. Subi e deixei ele na garagem.

Constato que durante a entrevista Dionny falou o tempo de todo de maneira bastante calma, sem realizar grandes gestos com o corpo ou expressar em demasia algum ou outro sentimento em sua face. Ele falou o tempo todo de maneira bastante plácida. Me pergunto se essas características, em geral vinculadas à uma ideia de que não se sente nada acerca aquilo sobre o que se fala, não era, na verdade, uma forma de 'sentir' e comunicar. O único momento onde alterou esse padrão foi quando falou sobre sua primeira expulsão de casa. Ele abriu alguns sorrisos durante o relato dessa passagem, quais li como sendo de extremo nervosismo – especialmente por me lembrar de seu desespero quando me chamou na rede social no dia em que isso aconteceu. Ele mesmo escreveu ao me chamar: "Thiago, estou desesperado!".

(fragmento 9)

**Dionny** Eles levantaram questões religiosas, disseram que ia ter impacto na família porque as pessoas iam falar de sim. Eles me perguntaram a razão de eu não ter contado antes, uma vez que se tivesse feito poderia ser reversível. Que eles poderiam terorado quando os desejos começaram. Eu olhei para eles e pensei: 'eles acham que tenho inúmeros demônios no corpo',

mas não disse nada. Só falei para eles continuarem. Meu pai achou que fui sarcástico e veio me dar um soco, eu ergui o braço para me proteger, minha mãe entrou na frente e abraçou ele, disse para ele não fazer aquilo. Os dois voltaram a chorar e eu sai, fui para rua. Mas pouco antes eles me disseram: ‘você trate logo de arrumar um lugar para você ficar! Você não tem muitos amigos? Não sai bastante com eles? Então, quem sabe, um deles também não te oferece um lugar para você ficar?’. Perguntei se eles estavam me mandando embora de casa. Meu pai respondeu que ela para eu dar um rumo na minha vida o mais rápido possível. Eles ficaram sem falar comigo por uma semana. Um dia, do nada, minha mãe puxou conversa comigo, como se nada tivesse acontecido. Meu pai chegou do trabalho e falou comigo também, fez questão de puxar conversas algumas vezes. Tudo foi voltando ao normal. Eu sempre respondi o básico, estava com muita mágoa.

O interessante no relato de Dionny, é que a ‘expulsão’ de casa não se concretizou. Nos dias que se seguiram, como ele lembra no fragmento 9, tudo foi “voltando ao normal (...). Passaram meses e tudo estava como se nada tivesse ocorrido”. Nenhum deles voltou a tocar no assunto de sua orientação ou sobre qualquer questão homossexual diretamente na rotina da casa, exceto quando algum tema vinculado à temática LGBT aparecia na televisão. De acordo com Dionny, nesses momentos, o pai questiona aquilo que ele está assistindo dizendo: “nossa, olha o que você está vendo! Que coisa feia!”.

Essa “normalidade”, contudo, é frequentemente perturbada. Diferente da ideia sobre a qual decorrem Sedgwick (2007) e Butler (2003, b) acerca da “presunção da heterossexualidade”, aqui, seu pai a todo instante presume a homossexualidade do filho, ou sua prática homossexual. Dois eventos corroboram para com essa minha análise: quando Dionny ganhou de uma amiga um celular usado e quando recebeu algumas blusas de frio de uma colega de estágio.<sup>73</sup> No primeiro caso, como seu celular havia quebrado e ele estava usando um antigo da mãe que não era *smartphone*, ficando sem acesso à redes sociais como *WhatsApp*, uma amiga oferece a ele um aparelho antigo dela que, embora estivesse com a tela quebrada e a bateria viciada, permitiria que ele usasse o aplicativo de mensagem instantânea. O pai, no entanto, ao ver o aparelho, questiona

---

<sup>73</sup> As únicas fontes de renda de Dionny são seus pais e sua avó. O estágio que realizou é obrigatório para seu curso e não remunerado.

quem foi que deu aquilo para ele. Dionny diz a verdade, mas o pai parece não acreditar e o manda “ficar esperto”.

Na semana seguinte ocorre a situação das blusas. Dionny comenta que só estava com duas blusas de frio e que o tempo iria esfriar nas próximas semanas. “Acho que minha colega ficou com dó de mim e falou com outra técnica cujo filho tinha crescido e que tinha algumas roupas para dar. Dentre elas três blusas de frio. A técnica veio falar comigo e pediu que eu não a levasse a mal (...). Aceitei o presente na mesma hora”. Com isso, ao chegar em casa usando umas das blusas, ocorre um novo questionamento por parte do pai. A cena continua:

(fragmento 10)

**Dionny** Meu pai me perguntou de novo sobre quem tinha me dado as blusas. Disse novamente. Ele disse que eu estava mentindo, que eu estava sendo falso. Tudo o que eu estava fazendo para ele envolvia homens. Se eu saía para algum lugar era com homem, se eu fazia alguma coisa era por causa de homem, se eu ganho algo é de homem. Às vezes eles [a mãe e o pai] acham que não estou indo para faculdade, que eu estou mentindo. Eles dizem que sabem que não estou indo para aula. Eles dizem que uma hora vão me pegar, que vão descobrir. (...) Nesse dia, então, após uma nova briga, ele me diz novamente: ‘dá um jeito de traçar seu rumo logo!’.

Ainda que não enfrente o pai diretamente, usando falas como: “as coisas estão indo bem, apesar dos pesares” e, mais recentemente, de que “tudo anda surpreendentemente bom”<sup>74</sup>, Dionny se queixa dos acontecimentos, especialmente das expulsões de casa e do modo como os pais o tratam – eles consideram que “há demónios” dentro dele. Essas queixas, mesmo não sendo diretas como no caso de Cristina, comunicam algo e, ainda que ditas para mim e não para a mãe e o pai, considero que se tratam também de uma forma de questionar o ‘lugar’ qual ele ocupa. Diferente de concordar com os pais sobre suas concepções de “pecado” e “demônios”, ele reitera que sua orientação sexual não passa pelo crivo religioso e menos ainda pela ideia de “doença”.

---

<sup>74</sup> Conversei novamente com Dionny no final de novembro de 2018.

Tendo como base uma leitura da obra de Moore (2000), um entendimento possível é pensar a ‘expulsão’, ou melhor, expulsões de Dionny que nunca se concretizaram, como uma espécie de fantasia de poder que o pai nutre sobre o filho. As ameaças, talvez, apenas reforcem – ou tentem reforçar – uma ideia de controle que o pai pensa ter sobre a agência do filho. A autora americana explora como, de maneiras diferentes, as agências dos sujeitos estão implicadas e cercadas de fantasias de poder, especialmente quando envolvem a identidade de gênero.

Nesse contexto, para Dionny, o que está posto em pauta é sua orientação sexual, para o pai, contudo, de maneira acentuada – ao trazer em seus discursos algumas inferências sobre vestimentas, modos de agir e os “homens” com quem o filho possivelmente sai e de quem pode estar recebendo presentes – é o gênero que entra em questão. As fantasias que este nutre sobre o filho, no entanto, não são correspondidas. Ainda que, como mencionei, Dionny não o enfrente diretamente, entendo que seu momento de revelação e o fato de assistir filmes com temática LGBT perto do pai, são pequenos sinais de sua não conformidade e não aceitação em relação a essas “micro-hierarquias” (CLARK, 1997) na relação.

### 3.2. “SÓ NÃO VÁ ME APARECER DE SAIA!”: fantasias de poder e expectativas de gênero

“Mais tarde ele [o pai] me chamou no quarto e me disse: ‘você pode fazer o que quiser da sua vida, só não quero, dado que está aqui dentro [de casa], que mude seu jeito de agir, seu jeito de se vestir, que fique com alguém aqui dentro ou no nosso bairro, ou que mude sua maneira de ser!’. Como se eu fosse virar uma travesti! Acho que eles pensaram que só porque disse que era gay eu iria virar travesti. Ele me disse: “só não vá me aparecer usando *shorts* curto, falando fino ou de saia!”.

**Dionny**

Destaco que na construção qual realizei até aqui, o ‘gênero’ se configura como questão central nas experiências familiares. Na história de vida de Leona ele é evidenciado por ela ser travesti. No relato de Cristina, a partir das falas transfóbicas

expressas pelo pai. Com Dionny, em especial, a partir das expectativas que o pai tem sobre ele, sobre sua sexualidade e, especialmente, a partir de uma leitura social do ‘gênero’. Partindo de um excerto do relato de Dionny, retomo essas considerações sobre “fantasias de poder” e “expectativas de gênero”.

Após a discussão e o questionamento sobre quem presenteara Dionny com as blusas de frio, o pai trancou-se no quarto. Pouco tempo depois chamou o filho para conversar, momento onde se dá a fala exposta na epígrafe desta sessão. “Só não quero, dado que está aqui dentro [de casa], que mude seu jeito de agir, seu jeito de se vestir, que fique com alguém aqui dentro ou no nosso bairro, ou que mude sua maneira de ser!”. Nessa passagem ele reforça uma espécie de fantasia de poder mais ou menos existente. Como o filho mora debaixo de seu “teto” e depende financeiramente dele, ocorre uma ênfase quanto a isso ao exigir as coisas que exige, todas circunscritas, em meu entendimento, nas concepções de gênero.<sup>75</sup>

Dionny relatou a mim, em outras conversas, a forma como o pai reagia quando estava assistindo televisão e via alguma cena de novela ou filme que insinuasse uma possível relação homossexual. Ou fazia algum comentário depreciando a cena, a novela e/ou o filme; ou então simplesmente mudava de canal. As reações, no entanto, se dão em outro nível caso a cena envolva uma pessoa travesti, transexual, transgênero ou qualquer outra identidade dissidente, como “gays muito afeminados”. Nesse momento o pai chega a sair da sala, ou fica bravo com a “feiura” que está sendo mostrada no canal.

Chamo a atenção para dois apontamentos acerca das outras histórias de vida que abarquei nesse estudo. Cristina relata como o pai faz comentários transfóbicos quando assiste algum programa televisivo onde uma personalidade travesti ou transexual se apresente. Leona expõe suas considerações sobre a não preparação da família em ter entre seus membros uma travesti ou pessoa transexual. Esta assinala que hoje em dia, socialmente, é mais concebível um gay e uma lésbica – afinal, é um homem que gosta de homem e uma mulher que gosta de mulher – do que pessoas *trans*, que não cabem nas “caixinhas”. Estas fogem totalmente das expectativas de gênero nas leituras sociais.

---

<sup>75</sup> O fato de depender financeiramente do pai e da mãe é um apontamento que surge em vários momentos da entrevista com meu interlocutor.

A “presunção da heterossexualidade” já citada, implica diretamente não apenas no comportamento sexual dos sujeitos, mas também na ‘performance’ que eles realizam em relação ao gênero nos quais foram conformados em seu nascimento e sob os quais foram criados (BUTLER, 2003, b). Entendo que a situação agravada de conflito presente nas falas dos interlocutores – especialmente nas de Leona e Dionny – se dão, justamente, por causa dessas expectativas de gênero frustradas e, no caso deste último, temidas. A visibilidade do gênero, diferente do ocultamento possível em relação à sexualidade, reforça ainda mais esses embates.<sup>76</sup>

Retomando as concepções batsonianas (BATESON, 2008) propostas por Duarte (2009), podemos entender que os processos sismogênicos aqui apresentados, configuram-se como suplementares. Integrantes da família e sujeitos em questão diferenciam-se a partir de posições e ações diversificadas. Se no contexto macropolítico os embates entre esquerda e direita promovem uma diferenciação a partir das mesmas ações, aqui, na relação entre pais, mães, filhas e filhos, eles se diferenciam a partir de ações distintas: os primeiros buscando reiterar suas expectativas, os segundos, contestando elas e os ‘lugares’ nos quais foram colocados.<sup>77</sup>

Nesse sentido, as ‘fantasias de poder’ estão novamente presentes. Poderia ler a expulsão de Leona aos 12 anos de casa não apenas como resultado dos conflitos diretos que se sucederam desde sua tenra idade, mas também pelo fato das ‘fantasias’ nutridas por seus pais – e especialmente por sua mãe – não estarem sendo correspondidas. Nesse conjunto micropolítico, expectativas de gênero e fantasias de poder estão diretamente implicados. Em tempos de movimento HsH<sup>78</sup> e de sexualidades mais libertas, a

---

<sup>76</sup> Assinalo que o gênero, assim como a sexualidade, também pode ser ocultado, embora isso seja menos frequente. Vide o caso de pessoas que não se expressam da mesma forma na frente da família e entre amigos, ou casos de pessoas LGBT que têm de manter total anonimato quanto a sua identidade.

<sup>77</sup> Uma exceção é o caso de Leona. Curiosamente, se lermos sua história de vida sob a óptica da cismogênese, podemos identificá-la como um processo de diferenciação simétrico. Ao nível que a família não a aceita por ser *trans*, ela também não aceita as reiterações dos laços sanguíneos presentes nas falas da irmã.

<sup>78</sup> Homens que transam com homens, mas que se consideram heterossexuais. Os também chamado goys, com certa variação, sustentam seus discursos sob a fala de que não se envolvem afetivamente com o mesmo sexo – o afeto é direcionado exclusivamente ao sexo oposto – apenas transam – sem penetração anal.

visibilidade do gênero é que se encontra como problemática de maior magnitude. Tal apontamento pode ser lido também no cenário macropolítico.

O já mencionado “Escola sem Partido” emerge justamente a partir das acusações de “ideologia de gênero”. Professores, feministas e a população LGBT estão, nessa perspectiva, alinhados e disseminando entre a comunidade de estudantes que “menina pode ser menino, que menino pode ser menina e que eles podem ser o que quiserem ser”. A acusação se respalda não apenas sob o viés religioso, mas também “científico”, de que isso seria contra a “natureza humana” e causaria, retomando o pânico moral do qual nos fala Miskolci e Campana (2017), a destruição da família e da própria humanidade. Questões que perpassam alguns dos relatos sobre os quais decorri. Penso nestes como exemplos das relações que se apresentam na vida vivida e nas quais, as emoções, atualizam no particular aquilo que ocorre no plano social. São possíveis “alegorias” que nos revelam algumas das facetas – provavelmente – presentes também na vida vivida de outras pessoas LGBT.

As trajetórias que apresentei mostram distintas dinâmicas, processos, conflitos e negociações vivenciadas na esfera das relações familiares, mas que também estão atreladas a um contexto maior. A frase “na minha casa, não” aparece, sob certa perspectiva, em ambos os campos – macro e micro. No cenário micropolítico envolve um núcleo familiar específico e os “próprios filhos” e no campo macropolítico toma configurações diferentes. Trata-se de não aceitar o seu próprio filho caso ele assuma uma identidade LGBT, mas também, de não aceitar que isso ocorra na casa de outras pessoas.

Finalmente, ressalto que essas histórias de vida devem ser compreendidas como peças de um mosaico mais abrangente de conflitos políticos, não como efeito ou mero reflexo desse cenário, mas enquanto experiências locais que estão situadas contra o plano de fundo desses processos mais amplos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meu empreendimento etnográfico multissituado de ‘seguir o conflito’ nesse cenário de controvérsias que tematizam a família, passei por alguns campos abrangentes: parentesco e família; política; gênero e sexualidade. Além, é claro, de ter explorado conflitos que se localizam no campo macropolítico e em contextos microlocalizados.

No tocante à família, penso ter atingido meu objetivo de evidenciar e, minimamente, compreender como ela se encontra em disputa nos dias atuais. Trata-se de uma categoria que é pauta da ação política, especialmente se considerarmos os dois PL citados, “Escola sem Partido” e “Estatuto da Família”, mas que também comparece nas experiências vivenciadas pelos meus interlocutores em suas “vidas vividas”. Se em um contexto a família está em disputa, sob o risco de uma “higienização”, em outro, os discursos emocionais se fazem presentes e evidenciam as relações de poder que se encontram no núcleo das relações dos sujeitos. Longe de esgotar o tema, penso que tal cenário – de políticas públicas voltadas à família, das concepções de família que são legitimadas e das “construções” das relações familiares – é, provavelmente, um dos mais profícuos campos da antropologia social no panorama contemporâneo.

Esse cenário abarca, ainda, o âmbito político. Busquei evidenciar como o percurso histórico desse campo foi se reconfigurando até chegar na percepção dinâmica do Estado na atualidade. Penso em possíveis perguntas que podem ser levantadas a partir do breve estado da arte que realizei nessa monografia sob a perspectiva política da família: como o Estado comparece nessas controvérsias? O futuro dessa discussão estará preso à legitimação do Estado, ou a sociedade está construindo outros mecanismos que não atravessem esse campo? Como se dão essas relações, entre movimentos sociais, alas conservadoras e o próprio Estado? Ou então, dito de outra maneira, onde estão localizadas as ‘margens’ do Estado?

Em relação ao gênero, busquei explorar como ele comparece de forma mais marcada no cenário contemporâneo, estando em evidência e ganhando maior protagonismo nos conflitos – macropolíticos e micropolíticos. Trata-se, também, de um

campo renovado no âmbito da antropologia do gênero e da sexualidade que hoje, diferente do que ocorreu há algumas décadas, não trata puramente dos ‘excluídos’ ou ‘subalternos’, mas evidenciam suas vozes e dão destaque à suas lutas.

Por último, gostaria de ressaltar o impacto que essa pesquisa e as histórias de vida aqui contadas tiveram sobre mim. Cada qual me marcou de maneira única e, ainda que eu atue em certa medida, no movimento organizado e esteja a par das situações vivenciadas por outros LGBT, não deixo de me surpreender com as falas de meus interlocutores. Ademais, imagino não ser necessário afirmar o quanto minha aproximação para com a senhora travesti educada e suas *meninas* me impactou – os excertos desse percurso etnográfico encontrados ao longo do trabalho, provavelmente me denunciam. Ressalto que nenhuma tragédia é comparável, mas pensando em meu ‘lugar de fala’, enquanto gay que é aceito em seu núcleo familiar de origem, tendo a concordar com o que me disse Leona: “a letra T é a mais sofrida da sigla LGBT”. Constatado, com efeito, que cada uma dessas histórias é singular. E confesso, fui ‘afetado’ por todas.

## REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila  
1991. "Writing against culture". In: FOX, R. (Org.). **Recapturing anthropology**. Santa Fe: School of American Research Press, p. 137-162.
- ALEGRETTI, Laís & Letícia OLIVEIRA  
2015. "Comissão aprova definição de família como união entre homem e mulher". **Portal G1 / Globo**, 24 set. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/comissao-aprova-definir-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher.html>>. Acesso em 5 jul. 2017.
- ALMEIDA, Miguel Vale de  
2012. "Direitos humanos e cultura: velhas e novas tensões". **Análise Social**, 205, XLVII (4). p. 957-970.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Antropologia  
2012. **Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga**. Brasília: ABA.  
Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- BATESON, Gregory  
2008 [1936]. **Naven**: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: EDUSP, 382 p.
- BECKER, Howard S.  
1994. "A história de vida e o mosaico científico". In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, p. 101-115.
- BELO HORIZONTE  
2018. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Projeto de Emenda à Lei Orgânica n. 03/2017, protocolado em plenário em 02 mar. Disponível em:  
<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/proposta-de-emenda-a-lei-organica/3/2017>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- BENTO, Berenice  
2017. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EdUFBA, 332 p.
- BUTLER, Judith  
2018 [2015]. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 266 p.  
2003, a [2002]. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 219-260.  
2003, b [1990]. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 235 p.

CÂMARA, Cristina

2002. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 182 p.

CARSTEN, Janet

2014. “A matéria do parentesco”. **R@u**: Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, n. 6, v. 2, p. 103-118.

CENTRO de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais

2018. **Conheça a programação da 5ª Jornada pela Cidadania LGBT**.

Disponível em: <<http://cellosmg.org.br/2018/06/conheca-a-programacao-da-5a-jornada-pela-cidadania-lgbt-de-bh-2/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

CLARK, Candace

2018 [1997]. *Simpatia, micro-hierarquia e micropolítica*. Tradução para uso didático por Leandro de Oliveira. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, p. 1-23.

CLIFFORD, James

2008 [1998]. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 284 p.

DAS, Veena

2011. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 9-41.

2007. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 281 p.

DERRIDA, Jacques

2010 [1994]. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 145 p.

DESPRET, Vinciane

2011. “As ciências da emoção estão impregnadas de política? Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções”. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 23, n. 1, p. 29-42.

DUARTE, Luiz Fernando Dias

2009. “Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo”. In: VELHO, G. & DUARTE, L. F. D. **Gerações, família e sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 17-45.

DURÃES, Mariana

2018. “Após polêmica, pais e ex-alunos realizam abraço simbólico em apoio ao Santo Agostinho”. **Hoje em Dia**, 29 nov. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ap%C3%B3s-pol%C3%A2mica-pais-e-ex-alunos-realizam-abra%C3%A7o-simb%C3%B3lico-em-apoio-ao-santo-agostinho-veja-v%C3%ADdeo-1.675389?fbclid=IwAR3-6vg77chiQFdjF4qxxDqpkwajzRqUoCoWRcfKvZz7Xqfx3KooVMRIgGQ>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

- EMERSON, Robert M.; Rachel I. FRETZ & Linda L. SHAW  
2013. “Notas de Campo na Pesquisa Etnográfica”. **Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, Juazeiro do Norte, n. 7, p. 355-388.
- ENGELS, Friedrich  
1987 [1884]. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan  
1999 [1940]. **Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 276 p.
- FACCHINI, Regina  
2002. “**Sopa de letrinhas**”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 245 p.
- FONSECA, Claudia  
2003. “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. **Revista Ilha**, Florianópolis, n. 5, v. 2, p. 5-32.
- FOOTE WHYTE, William  
2005 [1943]. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 442 p.
- FOUCAULT, Michel  
2014, a [1976]. **História da sexualidade: a vontade de saber**, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 175 p.  
2014, b [1984]. **História da sexualidade: o cuidado de si**, v. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 315 p.  
2014, c [1984]. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**, v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 319 p.
- GLUCKMAN, Max  
2010 [1958]. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, p. 237-364.
- GOLDMAN, Marcio  
1999. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Darumá, 176 p.
- GUIMARÃES, Dora Carmen  
2004 [1977]. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Gramond, 117 p.

- HARAWAY, Donna  
1995. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva global”. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 5, p. 7-41
- JASPER, James M.  
2016. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar.
- JUNQUEIRA, Rogério  
2017, a. “A gênese de uma categoria”. 20 dez. Rio de Janeiro: **Clam**. Entrevista concedida a Laura Lowenkron e Claudia Mora. Disponível em: <<http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>>. Acesso em 11 jan. 2018.  
2017, b. “‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’”. In: RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 25-52.
- KROEBER, Alfred L.  
1969 [1909]. “Sistemas classificatórios de parentesco”. In: LARAIA, R. (Org.). **Organização social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 15-25.
- KUSCHNIR, Karina  
2007, a. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 74 p.  
2007, b. “Antropologia e política”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167.
- LEACH, Edmund Ronald  
2014 [1954]. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**: um estudo da estrutura social kachin. São Paulo: EdUSP, 373 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude  
2012. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 94 p.  
1976 [1949]. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 573 p.
- LOPES, José Reinaldo de Lima  
2011. “Comentando a decisão do STF”. In: RIOS, R. R., GOLIN, C., LEIVAS, P. G. C. **Homossexualidade e direitos sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, p. 59-68.
- LOVISI, Pedro  
2018. “MP pede suspensão de processo contra Colégio Santo Agostinho”. **Estado de Minas**, 26 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/26/interna\\_gerais,1008306/a-cao-que-pedia-condenacao-do-colegio-santo-agostinho-pode-ser-suspensa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/26/interna_gerais,1008306/a-cao-que-pedia-condenacao-do-colegio-santo-agostinho-pode-ser-suspensa.shtml)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw

2018 [1922]. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Guiné melanésia. São Paulo: Ubu, 672 p.

1983 [1929]. **A vida sexual dos selvagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 525 p.

MANSUR, Rafaela

2018. “MP ajuíza Colégio Santo Agostinho por ‘ideologia de gênero’ em aulas”. **O Tempo**, 26 nov. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/mp-aju%C3%ADza-col%C3%A9gio-santo-agostinho-por-ideologia-de-g%C3%AAnero-em-aulas-1.2072705>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MARCUS, George E.

1995. “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”. **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto, vol. 24, p. 95-117.

MEAD, Margareth

1969 [1965]. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 317 p.

MILHARES

protestam contra Estatuto da Família em Parada LGBT no Rio. 2015. **Congresso em foco** – **Uol**, 15 nov. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/movimento-lgbt-critica-estatuto-da-familia-em-ato-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 10. Jul. 2017.

MINISTRO

do STF suspende lei “Escola Livre” em decisão provisória. 2017. **Portal G1**, 22 mar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/03/ministro-do-stf-suspende-lei-escola-livre-em-decisao-provisoria.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MISKOLCI, Richard & Maximiliano CAMPANA

2017. “Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 3, v. 32, p. 725-747.

2015. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 82 p.

MOORE, Henrietta

2000. “Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 13-44.

NASCIMENTO, Simon

2017. “Em carta, alunos do Santo Agostinho defendem ensino religioso de diversidade sexual e de gênero”. **Estado de Minas**, 13 jul. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/13/interna\\_gerais,883484/alunos-do-santo-agostinho-defendem-ensino-de-diversidade-sexual.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/13/interna_gerais,883484/alunos-do-santo-agostinho-defendem-ensino-de-diversidade-sexual.shtml)>. Acesso em 28 nov. 2018.

NATIVIDADE, Marcelo & Leandro de OLIVEIRA

2013. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond.

OLIVEIRA, Leandro de

2018. **Antropologia das Emoções**. 06 ago., 17 dez. [Disciplina do Departamento e Antropologia e Arqueologia]. Universidade Federal de Minas Gerais. Notas de aula.

2013. **Os sentidos da aceitação**: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 251 p.

OLIVEIRA, Lorena de

2017. **Travesti envelhece, não vira purpurina!** Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Antropologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 144 p.

PEIRANO, Mariza

2014. “Etnografia não é método”. **Horizonte Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 37-391.

2006. “Sem lenço, sem documento: cidadania no Brasil”. In: **A teoria viva** e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 49-63.

PINA CABRAL, João de & Antónia P. LIMA

2005. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Revista Etnográfica**, Coimbra, vol. 9 (2), p. 355-388.

PRECIADO, Paul B.

2017 [2000]. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 224 p.

2018 [2008]. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 448 p.

PROJETO

inclui “valores familiares” no ensino do DF. 2016. **Congresso em foco – Uol**, 27 jun. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputados-acrescentam-valores-familiares-ao-conteudo-das-escolas-do-df/>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. R.

1973. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 269 p.

1980 [1940]. “Prefácio”. In: EVANS-PRITCHARD, E. E. & FORTES, M. **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, p. 3-24.

REZENDE, Cláudia B. & Maria C. COELHO

2010. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 136 p.

- RIOS, Roger Raupp  
2011. “Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF n. 132-RJ e ADI 4.277)”. In: RIOS, R. R., GOLIN, C., LEIVAS, P. G. C. **Homossexualidade e direitos sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, p. 69-113
- RIVERS, Willian H. R.  
1991 [1910]. “O método genealógico na pesquisa antropológica”. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A antropologia de Rivers**. Campinas: EdUnicamp, p. 51-69.
- RUBIN, Gayle  
2017 [1975/1984]. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, p. 144.
- SALCEDO, Gabriela  
2015. “Deputados protocolam pedidos para Estatuto da Família ir a plenário”. **Congresso em foco – Uol**, 26 out. Disponível em:  
<<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputados-protocolam-pedidos-para-estatuto-da-familia-ir-a-plenario/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- SCHNEIDER, David M.  
2016 [1968]. **Parentesco Americano**. Petrópolis: Vozes, 150 p.
- SCHWARTZMAN, Simon  
1981. “A igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 71-77.
- SEDGWICK, Eve K.  
2007. “A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, jan./jun., p. 19-54.
- SEGATO, Rita  
2006. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236.
- SILVA, Wagner G.  
2006. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EdUSP, 194 p.
- STRATHERN, Marilyn  
1995. “Necessidade de pais e necessidade de mães”. Florianópolis, **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 303-330.
- TENENTE, Luiza & Vanessa FAJARDO  
2016. “Além de AL, 4 estados e DF avaliam lei sobre ‘doutrinação’ em sala de aula”. **Portal G1 / Globo**, 25 out. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/alem-de-al-4-estados-e-df-avaliam-leis-sobre-atuacao-dos-professores.ghtml>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- THOMASSEN, Björn  
2008. “What kind of political anthropology?”. **International Political Anthropology**, Cambridge, v. 1, n. 2. p. 263-274.

- VANCE, Carole  
1995. "A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico". **Physis** – Revista de Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 9-31.
- VELHO, Gilberto  
1978. "Observando o familiar". In: NUNES, E. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 36-46.
- VINCENT, Joan  
2002. **The anthropology of politics: a reader in ethnography, theory and critique**. Oxford: Blackwell, 476 p.  
1996. "Political Anthropology". In: BARNARD, A. & SPENCER, J. **Encyclopedia of social and cultural anthropology**. London: Routledge, p. 644-652.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo  
2002. **A inconstância da alma selvagem** e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 551 p.  
1995. (Org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 382 p.  
2015. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, p. 288.
- WAGNER, Roy  
2010 [1975]. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 255 p.
- WIRTH, Louis  
1941. "Morale and minority groups". **American Journal of Sociology**, Chicago, n. 3, v. 47, p. 415-433.

## ANEXOS

### A. Carta aberta dos alunos do Colégio Santo Agostinho.<sup>79</sup>

---

Carta aberta dos alunos Agostinianos em resposta aos senhores pais redatores e signatários da carta crítica ao ensino do Colégio Santo Agostinho

Não somos capazes de mensurar nosso espanto ao ler, há algum tempo, a carta aberta extrajudicial – posteriormente transformada em um “abaixo assinado” – redigida com o objetivo de criticar os ensinamentos do Colégio Santo Agostinho.

Há alguns dias, tomamos conhecimento desse documento, que apresentava críticas ao ensino de assuntos relativos à sexualidade, à ideologia de gênero e à igualdade de gênero. Pouco depois, buscamos tomar conhecimento dos textos aludidos na carta, de forma que averiguamos o livro de Ciências do 6º ano e o livro de contos “As mentiras que os homens contam”, de Luís Fernando Veríssimo. Ao contrário do que nos parecia ao lermos a carta, o conteúdo dos textos citados (principalmente com relação ao livro didático) nada apresentavam além daquilo inclusive defendido pela Unesco: o debate sobre educação de gênero e sexualidade é, evidentemente, essencial para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

No que tange ao conto “O Dia da Amante”, de Luís Fernando Veríssimo, fez-se parcialmente compreensível o sentimento de indignação apresentado por pais de alunos da Instituição, já que esse texto apresenta uma abordagem muito complexa e densa para pré-adolescentes. É importante, por outro lado, ressaltar que o conto em questão não havia sido selecionado para leitura pela professora que requisitou a aquisição do livro. Diante dessa perspectiva, surge a seguinte questão: até que ponto a escolha de um livro de contos, onde os textos que deveriam ser lidos foram selecionados, realmente torna-

---

<sup>79</sup> Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/13/interna\\_gerais,883484/alunos-do-santo-agostinho-defendem-ensino-de-diversidade-sexual.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/13/interna_gerais,883484/alunos-do-santo-agostinho-defendem-ensino-de-diversidade-sexual.shtml)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

se uma afronta à autonomia parental na escolha dos ensinamentos fornecidos a seus filhos?

Em relação ao livro de Ciências, as críticas dos senhores pais são pueris e não merecem qualquer crédito. Nesse livro didático, a orientação sexual, a sexualidade, a identidade de gênero e o sexo biológico são abordados de maneira inteiramente coerente com a mentalidade de um aluno do Ensino Fundamental II, a partir de textos que exaltam a tolerância e a diversidade. O ensino ao respeito às diferenças é um dos principais pilares que regem a educação tanto Agostiniana quanto de inúmeros colégios que seguem a doutrina católica, tendo em vista a importância da família e da escola para a formação moral do aluno.

Frente aos questionamentos feitos pelos pais, portanto, nós, alunos do Colégio Santo Agostinho de Belo Horizonte concluímos que a discussão relacionada à sexualidade e à identidade de gênero é fundamental na desconstrução dos incontáveis tabus presentes na vida adolescente e, principalmente, na aceitação tanto própria quanto externa quando se tratando da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade. A tentativa de impedimento das exposições acerca da realidade social baseada na discordância quanto à abordagem aproxima-se até mesmo da censura.

Além disso, fica nosso apoio e agradecimento a todos aqueles professores do Colégio Santo Agostinho que, preocupados com a formação de nosso caráter além de nosso intelecto, nos possibilitou cruciais reflexões responsáveis por nosso crescimento e amadurecimento como seres humanos altruístas.

Aos pais, fica a reflexão: com o que os senhores estão realmente preocupados? Com a vontade de manter seus filhos isolados de tudo aquilo que diverge do que lhes foi ensinado ou com o fornecimento de ensinamentos extremamente relacionados à convivência em comunidade e respeito ao diferente?

Com o tempo, vocês descobrirão, como nós, que o Colégio Santo Agostinho e seu corpo docente sempre estarão disponíveis para ajudar todos os que a eles recorrerem em busca de evolução pessoal.

Alunos da Terceira Série do Ensino Médio do Colégio Santo Agostinho – Unidade de Belo Horizonte.

## **B. Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga da Associação Brasileira de Antropologia – ABA<sup>80</sup>.**

---

### **Constituem direitos dos antropólogos e das antropólogas, enquanto pesquisadores e pesquisadoras:**

1. Direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação.
2. Direito de acesso às populações e às fontes com as quais o/a pesquisador/a precisa trabalhar.
3. Direito de preservar informações confidenciais.
4. Direito de autoria do trabalho antropológico, mesmo quando o trabalho constitua encomenda de organismos públicos ou privados.
5. O direito de autoria implica o direito de publicação e divulgação do resultado de seu trabalho.
6. Direito de autoria e proteção contra o plágio.
7. Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica.

### **Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos e antropólogas:**

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.
5. Direito de acesso aos resultados da investigação.
6. Direito de autoria e coautoria das populações sobre sua própria produção cultural.
7. Direito de ter seus códigos culturais respeitados e serem informadas, através de várias formas sobre o significado do consentimento informado em pesquisas realizadas no campo da saúde.

### **Constituem responsabilidades dos antropólogos e das antropólogas:**

1. Oferecer informações objetivas sobre suas qualificações profissionais e a de seus colegas sempre que for necessário para o trabalho a ser executado.
2. Na elaboração do trabalho, não omitir informações relevantes, a não ser nos casos previstos anteriormente.
3. Realizar o trabalho dentro dos cânones de objetividade e rigor inerentes à prática científica.

---

<sup>80</sup> Criado na gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 11 jun. 2017.